

yamaki ni ohotai xoa!

NÓS AINDA ESTAMOS SOFREDO:
um balanço dos primeiros meses
da emergência Yanomami



julho de 2023

Assim, a hora da liberdade soou grave e acachapante, e inundou, a um só tempo, as nossas almas de felicidade e doloroso sentimento de pudor, razão pela qual quiséramos lavar nossas consciências e nossas memórias da sujeira que as habitava; e de sofrimento, pois sentíamos que isso já não podia acontecer que nada mais poderia acontecer de tão puro e bom para apagar nosso passado, e que os sinais de ofensa permaneceriam em nós para sempre, nas recordações de quem tudo assistiu, e nos lugares onde ocorreu, e nas histórias que iríamos contar.

**Primo Levi,
Trégua.**

FICHA TÉCNICA

realização

Hutukara Associação Yanomami (HAY)
Associação Wanasseduume Ye'kwana (SEDUUME)
Urihi Associação Yanomami

pesquisa

Estêvão Senra (Instituto Socioambiental)
José Ignacio Gómez (Instituto Socioambiental)
Manuela Otero (Instituto Socioambiental)
Corrado Dalmonego (PPGCS Unifesp)
Morzaniel Iramari Yanomami

projeto gráfico

Julia Valiengo

foto da capa

@antonioalvaradoc

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
PROTEÇÃO TERRITORIAL	11
AJUDA HUMANITÁRIA	24
ATENÇÃO À SAÚDE	29
CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	41

APRESENTAÇÃO

Nas primeiras semanas de 2023, de maneira inédita, uma série de episódios e notícias convergiu para chamar a atenção para a crise humanitária Yanomami¹. Enquanto o Ministério da Saúde realizava uma missão exploratória para verificar as razões que conduziram três crianças ao óbito na região das serras², fotos de pessoas em estado de desnutrição aguda grave circulavam nas redes sociais, denunciando a assombrosa situação de desassistência à saúde no território.

Pouco tempo depois, no dia 20 de janeiro, com o aumento da repercussão das imagens e a verificação *in loco* da magnitude da crise, o Ministério da Saúde decide por declarar Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN³ na TIY. Tal mecanismo objetiva fortalecer a capacidade de resposta do Estado frente a uma emergência sanitária em território nacional. Este instrumento foi criado através em 2011⁴, e acionado apenas outras duas vezes em razão da epidemia de “Zika vírus” e da pandemia de COVID-19.

No mesmo dia da declaração da ESPIN, o site de notícias Sumaúma publicou uma reportagem⁵ que ajudava o grande público a entender as razões de tal decisão, apresentando números impressionantes de mortes de crianças por causa evitáveis no período do governo Bolsonaro. Segundo a reportagem, de 2019 a 2022, 570 indígenas de até cinco anos faleceram por causas que poderiam ter sido contornadas caso o serviço de saúde estivesse funcionando adequadamente, como pneumonia, diarreia, malária e desnutrição. A reportagem destaca também que os números podem ser ainda maiores do que os registrados no sistema da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), uma vez

que alguns polos base situados em áreas dominadas pelo garimpo permaneceram fechados e sem atendimento regular durante todo o ano de 2022. De modo que uma criança que tenha nascido e morrido nessas regiões, neste período, provavelmente sequer foi contabilizada como um “nascido vivo”, e portanto teve a sua existência completamente invisibilizada nas estatísticas oficiais.

Recentemente, o Ministério Público Federal (MPF) também publicou um documento⁶ que analisa a trajetória das mortes evitáveis entre crianças menores de cinco anos na TI Yanomami. De acordo com o órgão, esse tipo de óbito quase dobrou nos últimos 8 anos, com picos em 2020 e 2022. E, quando se analisa o recorte de óbitos nessa faixa etária, tendo como causa da morte principal a desnutrição, verifica-se que no último quadriênio o total de mortes praticamente duplicou em relação aos quatro anos anteriores.

Se o censo distrital de 2022 estiver correto⁷, a população indígena da TIY de 0 a 4 anos, pela primeira vez em trinta anos, cresceu abaixo da linha de tendência. O único momento em que tal comportamento já havia sido observado foi durante a primeira corrida do ouro, entre 1987 e 1990, quando estima-se que 14% da população Yanomami de Roraima tenha morrido em decorrência de doenças associadas ao garimpo⁸.

Naquela época, nas regiões do Papiu e Surucucus – zonas altamente impactadas pela exploração do ouro –, algumas comunidades chegaram a ter 91% de seus habitantes infectados por malária e 70% da população atingida por infecções respiratórias. Foram observados diversos casos de desnutrição em todas as faixas etárias, sendo que, em Surucucus, as for-

1. Na semana de 22 a 28 de janeiro o Google Trends registra o pico do interesse pelo termo Yanomami.

2. Ocorrida de 16 a 21 de janeiro de 2023

3. Portaria GM/MS N°28, 20 de Janeiro de 2023.

4. Decreto N° 7.616, de 17 de Novembro de 2011

5. <https://sumauma.com/nao-estamos-conseguindo-contar-os-corpos/>

6. Inquérito Civil nº 1.32.000.000084/2023-17

7. Houve uma desorganização total na produção de estatísticas sobre a saúde Yanomami no último quadriênio e por isso é preciso ter cautela no uso dessas informações.

8. RAMOS, A. "O papel político das epidemias: o caso Yanomami", *Série Antropologia*, v. 153, p. 2–21, 1993.

mas graves de desnutrição foram responsáveis por 13% das internações. No Papiu, 43% das pessoas recenseadas pela equipe de saúde da época tinham perdido de um a sete parentes di-

retos entre 1987 e 1990, sendo que 13% das crianças de até 14 anos haviam perdido pai e/ou mãe no mesmo período.

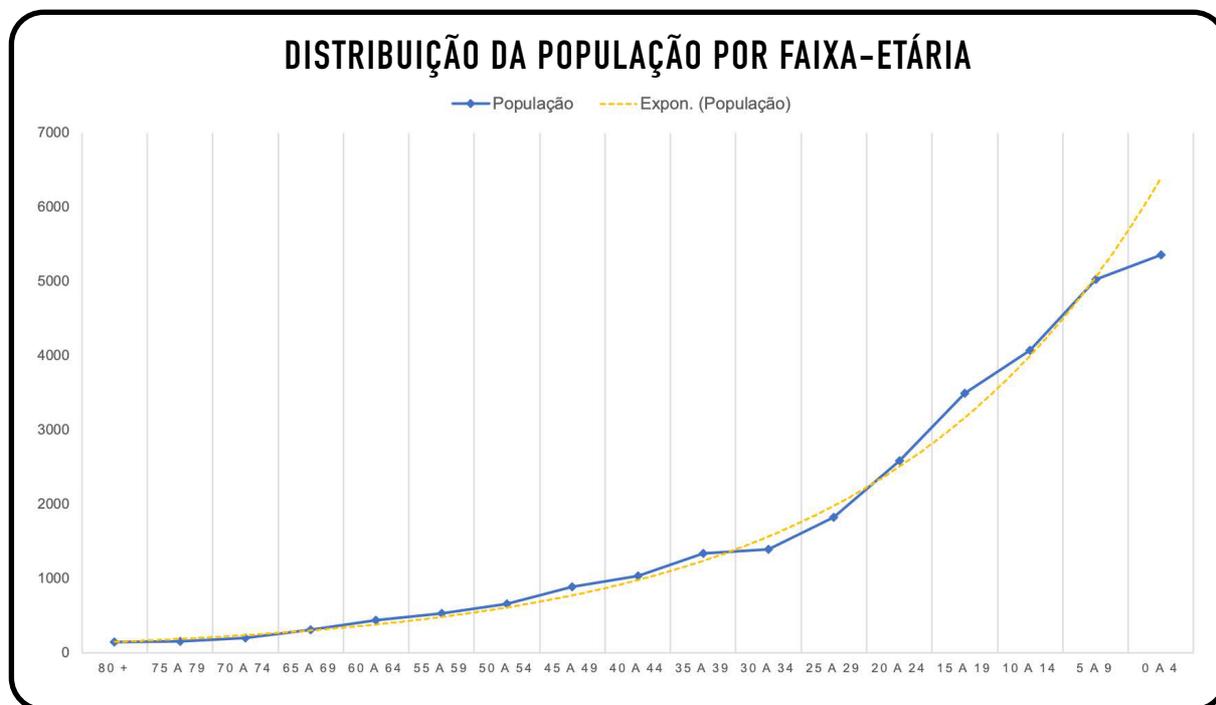


GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA TIY POR FAIXA ETÁRIA

Evidentemente, a semelhança da situação das crianças Yanomami do final da década de 1980 e das crianças atuais não se trata de uma mera coincidência macabra. A mortalidade infantil, a explosão da malária e a emergência de uma nova crise sanitária só podem ser compreendidas se forem colocados na equação – além da má administração da estrutura do Distrito e as ingerências políticas⁹ na saúde indígena –, os impactos do garimpo nas comunidades Yanomami e suas sinergias com a desassistência.

De acordo com o Sistema de Monitoramento do Garimpo Ilegal da TI Yanomami, de outubro de 2018, quando a Hutukara Associação Yanomami iniciou o monitoramento, até dezembro de 2022, a área impactada pelo garimpo cresceu mais 300%, atingindo um total de 5053,82 hectares de área devastada. E, se antes desse período a exploração ilegal estava centrada em algumas zonas localizadas nos rios Mucajaí e Uraricoera, em 2022, ela se expandiu para novas áreas, afetando diretamente quase 60% da população Yanomami¹⁰.

9. SAKAI, Juliana (Coord.). Interferência política na saúde indígena prejudica atendimento e gera conflito de interesses. *Transparência Brasil*. 2023.

10. Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo, 2022. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/yal00067.pdf>

METODOLOGIA DE MAPEAMENTO DO GARIMPO

A Hutukara, desde outubro de 2018, promove o monitoramento do garimpo ilegal na TI Yanomami por meio da interpretação de imagens de satélite de média e alta resolução. Neste sistema, batizado de Sistema de Monitoramento de Garimpo Ilegal (SMGI), especialistas em geoprocessamento analisam regularmente imagens dos satélites Sentinel 1 e 2, e da constelação Planet, mapeando quatro tipos principais de área degradada: 1) desmatamentos associados ao garimpo; 2) garimpos ativos no qual o solo aparece nu; 3) áreas recém abandonadas, que mostram um incipiente avanço da vegetação, essencialmente composta de gramíneas cobrindo cascalheiras; e 4) pequenas lagoas de rejeito.

Para o processamento das imagens de radar, é utilizada a metodologia do Sistema de Indicação por Radar de Desmatamento (SIRAD), que consiste em uma série de algoritmos que processam as informações do Satélite Sentinel-1 utilizando a plataforma do Google Earth Engine. Neste ambiente, é produzido um mosaico temporal que permite observar mudanças no comportamento da vegetação em três marcadores de tempo ajustados para a análise.

Em ambos os casos, nas imagens óticas e nas imagens de radar, a interpretação considera não apenas a geometria e a re-

sposta espectral dos alvos, mas também o contexto espacial. Por isso, todo o mapeamento é realizado observando a localização das comunidades e de suas áreas de roçado, entre outras informações do território Yanomami como pistas de pouso e postos de saúde, o que garante a diferenciação entre a remoção da cobertura florestal para manejo agrícola tradicional e o desmatamento associado à exploração mineral.

As cicatrizes mapeadas frequentemente são validadas em sobrevoos. Em 2023, porém, não foi possível realizar o levantamento aéreo, pois o Comando de Ações Aeroespaciais - COMAE/FAB negou a autorização para o voo de monitoramento, após uma solicitação formal da Hutukara em junho. Vale dizer que uma semana antes da organização formalizar o pedido para o COMAE, as Forças Armadas organizaram uma visita a Surucucus, seguida de um sobrevoo, com convidados da imprensa com a intenção de propagandear uma suposta neutralização da atividade garimpeira¹¹. Como veremos, possivelmente as imagens aéreas do sobrevoo contestariam essa versão e, por isso, os Yanomami foram boicotados em seu monitoramento independente.

11. <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/06/27/terra-indigena-yanomami-militares-tem-poderes-para-revisar-e-prender-suspeitos-de-crimes-ambientais.ghtml>

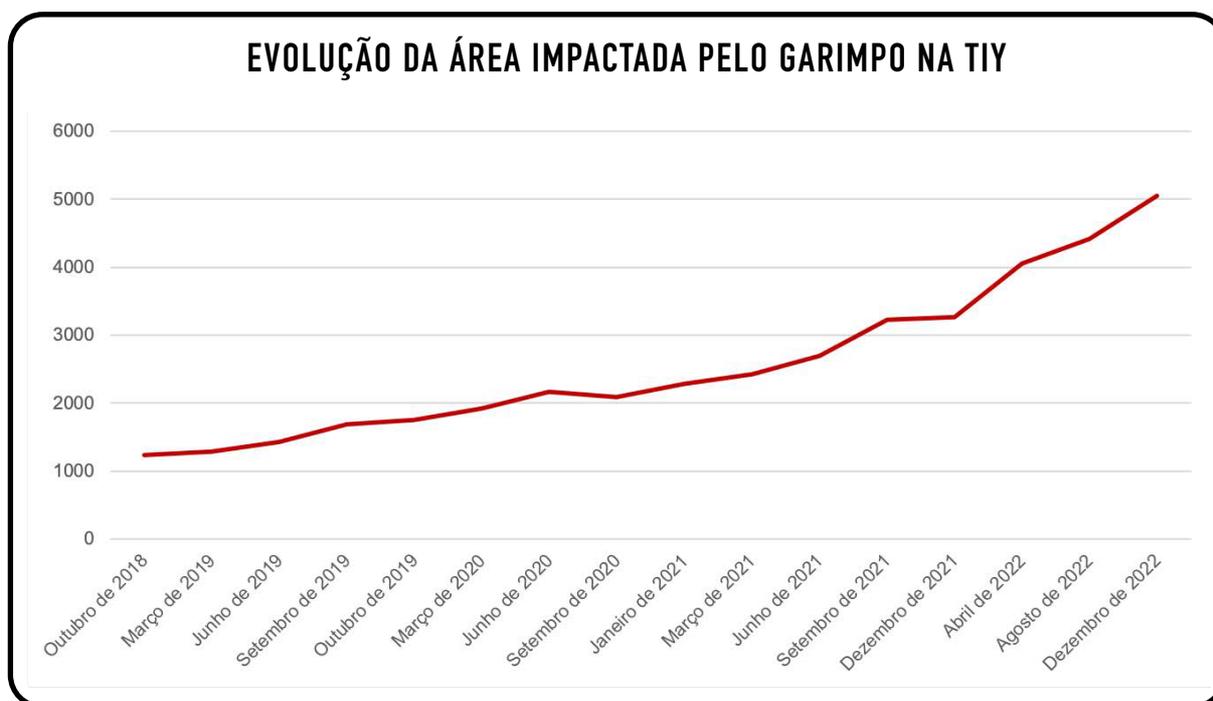


GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DA ÁREA IMPACTADA PELO GARIMPO NA TIY DE OUTUBRO DE 2018 A DEZEMBRO DE 2022

Além da destruição da floresta, do solo e dos rios, impactando diretamente a economia das famílias indígenas, que dependem de peixes, caça e de terra para plantar, o garimpo também afeta diretamente a saúde e o bem estar das pessoas e comunidades.

No caso Yanomami, há relação direta entre a explosão do garimpo e o aumento de casos de doenças infectocontagiosas, como gripe, pneumonia e demais infecções respiratórias (COVID-19 etc.). Em função do aumento descontrolado na circulação de pessoas estranhas nos territórios e da baixa resistência imunológica da população Yanomami aos patógenos respiratórios, essas infecções afetam amplamente as comunidades, acarretando intensa debilidade física e comprometendo suas atividades de subsistência. Ademais, devido à falta de cuidados de atenção básica, é comum que quadros gripais evoluam para pneumonia, frequentemente letais em contextos já fragilizados. Somente entre 2019 e 2022, por exemplo, 172 pessoas morreram de pneumonia na TIY, segundo dados do SIASI.

A malária é outra moléstia potencializada pelo garimpo¹². Em vários polos base afetados pela invasão, como Palimiu, Parima e Auaris, o número de casos da doença foi multiplicado por cem. Segundo dados oficiais¹³, em 2020 a TIY chegou a concentrar quase a metade de todos os casos de malária diagnosticados nas Terras Indígenas do Brasil. Essa doença, por sua vez, assim como as infecções respiratórias, compromete não apenas a saúde individual do doente, mas também a economia das comunidades que dependem da força de trabalho familiar para produzir sua subsistência. Um homem que deixa de abrir um roçado no período de estiagem por estar debilitado pela malária terá no futuro maiores dificuldades de sustentar a si mesmo e os seus co-residentes, criando assim um ciclo vicioso de malária, crise econômica e fragilização social. Na região do Parima (Polo Base Arathau), a título de ilustração, além de a malária ter crescido 1.127% de 2018 a 2020, as comunidades apresentam um dos níveis mais assustadores de desnutrição infantil de toda a Terra Indígena Yanomami: cerca de 79,34% das crianças de até cinco anos da região estavam com baixo peso ou muito baixo peso.

12. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9706895>

13. Recomendação N° 1/2021/MPF/AM e RR

Estudos conduzidos pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) têm demonstrado também que a contaminação por mercúrio proveniente da atividade garimpeira tem atingido números preocupantes nas regiões mais impactadas, com consequências irreversíveis para a saúde reprodutiva das mulheres e para o pleno desenvolvimento das crianças, que ficam sujeitas a má formação congênita, paralisia cerebral e outras sequelas. Na comunidade de Aracaçá, um estudo publicado pela Fiocruz em 2018 demonstrou que mais de 90% da população da aldeia apresentava índices de mercúrio no corpo acima do padrões considerados seguros à saúde humana¹⁴.

Em relação aos impactos sociais, o garimpo, por meio da entrada de bebidas alcoólicas, drogas e armas de fogo, é também um importante vetor de desestruturação social. Denúncias organizadas pela Hutukara entre 2021 e 2022 demonstram como em diversas regiões a estratégia de aproximação dos garimpeiros baseia-se no aliciamento de jovens a partir de promessas de mercadorias, armas e bebidas alcoólicas. Sem compreender as reais consequências dessa “aliança”, esse grupo passa a defender os interesses dos invasores, contra opositores que costumam ser pessoas de mais experiência, responsáveis pelo aconselhamento coletivo e pela manutenção da coesão social dos grupos locais. Muitas vezes, esses desentendimentos derivam em conflitos, e frequentemente em episódios de violência.

Uma vez instalado um conflito armado entre comunidades, a situação pode perdurar por anos, gerando um ciclo vicioso que, além das perdas humanas, produz um cenário de permanente insegurança, como se observa no Parafuri. As pessoas têm medo de sair para caçar, de cultivar roças mais distantes e de se locomover pelo rio, o que também impacta profundamente o sistema produtivo das famílias.



FOTO 1 - CRIANÇAS ARMADAS POR GARIMPEIROS NO XITEI, 2023. CRÉDITO: CLEDINALDO SANTOS

Finalmente, é impossível desenhar o atual quadro da TIY sem falar da escalada assustadora da violência contra os indígenas e as comunidades por parte dos garimpeiros. À medida que cresce e se expande para novas áreas, o garimpo recorre às milícias fortemente armadas associadas a facções criminosas para poder se impor e garantir o controle territorial. De modo que os Yanomami e Ye'kwana ficam impedidos de circularem livremente pela Terra Indígena sob o risco de serem assassinados. Nesse contexto, ameaças de morte e humilhações são frequentes.

Em um dos incidentes mais aterrorizantes de 2021, a série de ataques às comunidades do Palimiu, o envolvimento de agentes do Primeiro Comando da Capital (PCC) na exploração ilegal de ouro ficou explicitado pela primeira vez no contexto Yanomami. Durante meses, os criminosos atacaram sistematicamente as comunidades situadas à beira do rio Uraricoera, atirando abertamente contra mulheres e crianças.

14. <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/39388>

DECISÕES JUDICIAIS QUE FORAM DESCUMPRIDAS PELO GOVERNO BOLSONARO

- Ação Civil Pública 1001973-17.2020.4.01.4200. Em decisão de 03/07/2020 o Tribunal Regional Federal da 1ª Região determinou que a União apresentasse em 5 dias e implementasse em 10 dias um plano para extrusão da TIY. Após uma sequência de versões consideradas insuficientes, um plano minimamente satisfatório só viria a ser homologado em 24/11/2021, contudo tal plano jamais foi executado e a violência na TIY permaneceu crescente.
- Ação Civil Pública 1001973-17.2020.4.01.4200. Em 12/05/2021 determinou-se que a União garantisse a segurança da comunidade de Palimiu até que a extrusão fosse completa – a Força Nacional de Segurança Pública, contudo, só permaneceu na região de maneira intermitentemente, por períodos de poucos dias para fazer a segurança das missões de saúde, deixando a comunidade vulnerável a novos ataques dos garimpeiros, que continuaram circulando sem maior obstáculo.
- Ação Civil Pública 1000551-12-2017.4.01.4200. Em cumprimento provisório da sentença, determinou a reabertura das BAPes Walopali, Serra da Estrutura, e Korekorema. Houve sucessivos atrasos no cumprimento da decisão. A BAPE Korekorema (Uraricoera) teve sua reconstrução iniciada somente no início de 2023.
- Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 709. Em 8 de julho de 2020 o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a União apresentasse plano para proteção e implantação de barreiras sanitárias de 33 Terras com indígenas isolados e de recente contato, bem como isolasse os invasores na TI Yanomami. Já em 24 de maio de 2021, o STF determinou que a União adotasse imediatamente “todas as medidas necessárias à proteção da vida, da saúde e da segurança das populações indígenas que habitam as TIs Yanomami e Munduruku, diante da ameaça de ataques violentos e da presença de invasores, devendo destacar todo o efetivo necessário a tal fim e permanecer no local enquanto presente tal risco”. Determinou, também, que a União se abstinhasse de dar “publicidade às suas ações, devendo abster-se de divulgar datas e outros elementos, que, ainda que genéricos, possam comprometer o sigilo da operação, de modo assegurar sua efetividade”, uma vez que a publicação e publicização das datas das operações contra os ilícitos estava frustrando a efetividade das ações. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, a APIB, chegou a indicar ações prioritárias para tentar conter a invasão garimpeira, bem como indicou as coordenadas geográficas de diversas pistas de pouso utilizadas exclusivamente por garimpeiros ilegais, mas nada foi feito pela União.

Mas não foi por falta de denúncias que a situação Yanomami chegou onde chegou. Apenas a Hutukara, entre 2021 e 2022, enviou mais de 37 ofícios sobre toda a sorte de abusos praticados na Terra Indígena Yanomami, sem obter respostas adequadas e eficientes para as graves violações denunciadas. O mesmo aconteceu com decisões do próprio STF e da Justiça Federal para que a União formulasse e executasse medidas de proteção territorial e de assistência à saúde no território Yanomami. Todas ignoradas ou desrespeitadas pelo último governo.

No âmbito internacional, também foi desconsiderada uma deliberação da Corte Interamericana de Direitos Humanos¹⁵ e pedidos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos¹⁶ para que fossem adotadas medidas de emergência no enfrentamento da situação de crise.

Foi com grande esperança, portanto, que os Yanomami e Ye'kwana receberam a notícia de que o Brasil, através de um processo democrático, havia decidido por acabar com este pesadelo, elegendo um novo representante para o país. Esperança que se fortaleceu com as mobilizações do novo governo logo no primeiro mês da atual gestão.

15. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64388813>

16. <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-cha-de/2023/01/25/bolsonaro-foi-alertado-sobre-risco-de-dano-ir-reparavel-ao-povo-yanomami.htm>

Entretanto, não se pode subestimar os desafios que a atual crise Yanomami impõe. Como veremos ao longo deste relatório, a despeito dos esforços já colocados pela administração federal, o caminho para a recuperação territorial e sanitária da TI Yanomami ainda é longo e muitos ajustes precisam ser feitos para que o mínimo de dignidade seja restaurado.

Este relatório tem por objetivo fazer um exame crítico das ações do governo federal nos primeiros meses de 2023, visando contribuir para o seu aprimoramento. Para tanto, iniciamos o documento analisando as medidas tomadas para o enfrentamento do garimpo, destacando a estratégia de estrangulamento logístico, seus resultados e seus percalços, como a flexibilização do controle do espaço aéreo por dois meses, seguido de uma avaliação das ações de atenção à saúde, que por uma série de fatores que serão explorados ao longo do relatório, apresentaram resultados bastante preocupantes, haja vista a trajetória de óbitos e o descontrole da malária no território.

PROTEÇÃO TERRITORIAL

Em junho deste ano, o governo veio a público comemorar o fim dos alertas de garimpo na TIY¹⁷, depois que o sistema de monitoramento da Polícia Federal ficou mais de 30 dias sem detectar alterações na cobertura florestal que sugerissem a abertura de novas áreas para a exploração mineral. Algumas autoridades chegaram inclusive a declarar que isso significava na prática o fim da atividade ilegal na TIY, depois de pouco mais de quatro meses de operação.

Infelizmente, porém, a ausência de novos alertas não significa a neutralização completa do garimpo. Primeiro porque a temporada de chuvas, que se inicia no final de abril e tem o seu pico em junho, pode dificultar bastante a verificação de mudanças na floresta por sensoriamento remoto, devido à intensa cobertura de nuvens em determinadas zonas, e segundo porque alguns garimpos podem estar ativos em áreas que já haviam sido desflorestadas, o que é o cenário mais provável na atual conjuntura.

O que o nosso monitoramento indica, combinando relatos de área com interpretação de imagens de satélite, é de que apesar de haver uma redução significativa da atividade garimpeira na TIY neste primeiro semestre, há ainda a persistência de alguns núcleos de exploração que resistem à ação das forças de segurança, além do retorno de alguns grupos de garimpeiros que lograram esconder os seus equipamentos durante as operações.

No mês de junho, a Hutukara recebeu denúncias sobre a movimentação de garimpeiros nos rios Apiaú e Couto Magalhães. Enquanto no primeiro os Yanomami informaram não ter ciência de nenhuma operação realizada no local e de que por isso, a intensidade na circulação de garimpeiros sofreu pouca alteração desde o início do ano; no segundo, os Yanomami relataram que, após seguidas operações, a presença de garimpeiros próximos ao Papiu diminuiu significativamente, mas que recentemente pequenos

grupos iniciaram uma tentativa de retorno aos antigos acampamentos.

Abaixo, a transcrição de parte da denúncia dos Papiu theri:

Nós, lideranças do Papiu, gostaríamos de denunciar o retorno de garimpeiros em nossa região. Apesar das autoridades e do presidente Lula já terem limpado a floresta, os garimpeiros continuam voltando, por isso mandamos essas palavras. Apesar de existir a demarcação, eles estão voltando pelos rios. Nós queremos que vocês de fato retirem estes invasores.

Nós não os convidamos [os garimpeiros para trabalharem em nossa região]. Eles aterrizaram na pista Rangel, seguiram de canoa a motor pelo rio Couto de Magalhães (Herou), pararam na comunidade de Marahau (região Papiu/Maloca Papiu) e depois disso entraram na floresta. Eles chegaram sozinhos, se guiando pelo GPS. Em 2022 haviam chegado [em nossa região], vindos da região Surucucu e outros vindo de Xopathau. Esses que desceram em Xopathau chegaram pela floresta com o auxílio do GPS. Após terem chegado abriram uma clareira e aterrizaram. Estão a cerca de 1 hora e meia do posto de saúde do Papiu.

Essa situação, de retorno gradual de pequenos grupos de invasores depois de operações pontuais, foi relatada também nas regiões do Parafuri, Xitei e Homoxi, onde os Yanomami informam que garimpeiros seguem trabalhando próximo às aldeias, sendo abastecidos com alimentos e combustível com voos regulares de helicóptero.

17. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/nao-ha-mais-alertas-de-garimpo-ilegal-no-territorio-yanomami-diz-pf/>

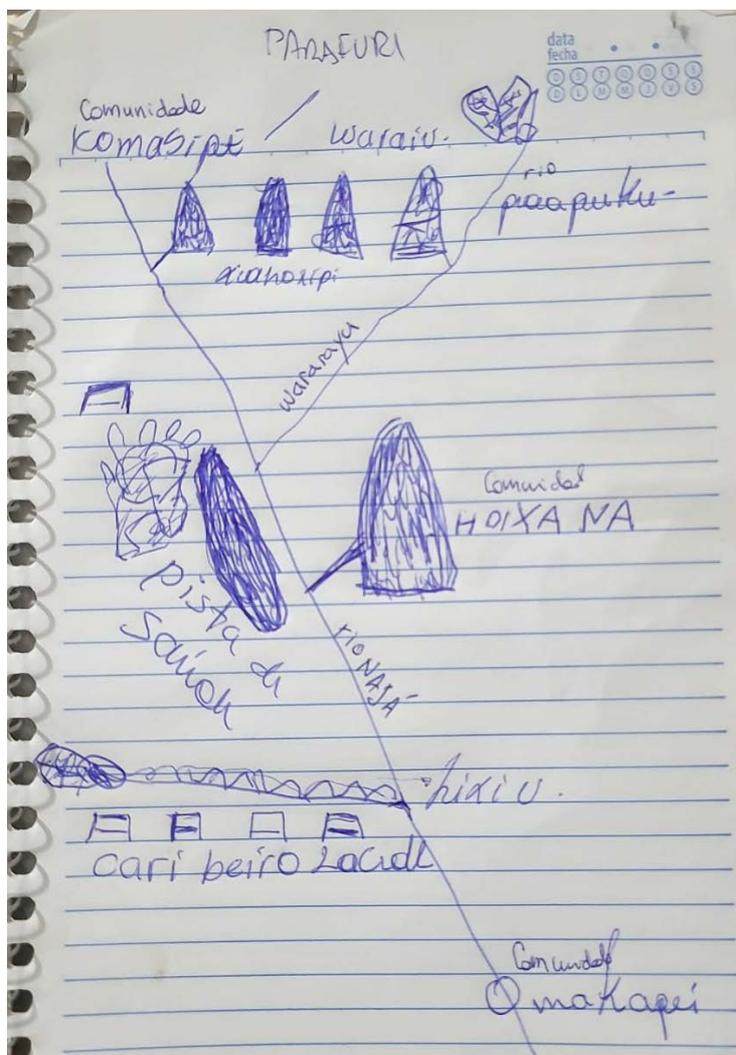


FOTO 2 - CROQUI DA DENÚNCIA DE PERMANÊNCIA DE GARIMPEIROS NO PARAFURI.

Da mesma forma, há relatos da manutenção de voos clandestinos no céu de Auaris, vindos da fronteira da Venezuela. Ao que tudo indica, alguns grupos alteraram a sua base logística para Santa Elena de Uairén e de lá seguem abastecendo garimpos fronteiriços, como na bacia do Caura, e na cabeceira do Metacuni, próximo à comunidade Sanöma de Hokomawë, entre outros¹⁸.

Nas imagens Planet, de junho de 2023, também é possível verificar a persistência de alguns acampamentos ao longo do rio Uraricoera, ainda que significativamente reduzidos em função das operações na região.

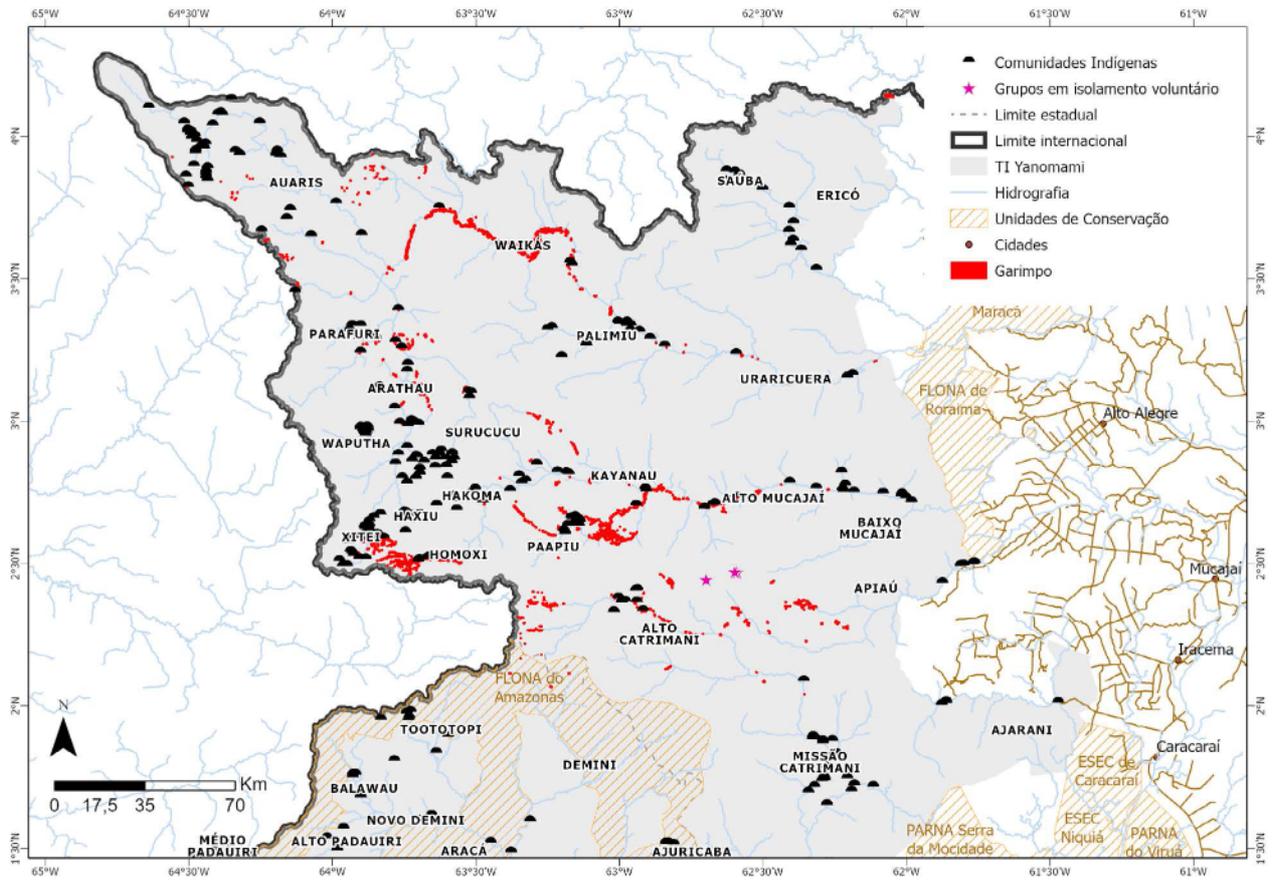
18. <https://debatesindigenas.org/notas/233-mineria-ilegal-venezuela-salvese-quien-pueda.html>



IMAGENS 1 E 2 - ACAMPAMENTO GARIMPEIRO NAS MARGENS DO URARICOERAEM DEZEMBRO DE 2022 E EM JUNHO DE 2023. NOTA-SE UMA REDUÇÃO SIGNIFICATIVA DO NÚMERO DE BARRACAS, MAS NÃO A SUA COMPLETA EXTINÇÃO.

De acordo com o SMGI, de janeiro a junho de 2023, o garimpo seguiu crescendo na TIY, adicionando ao total já impactado um incremento de 219 hectares. Esse número representa um aumento de 4% em relação a dezembro de 2022, quando a área total impactada superou a marca de 5000 hectares. Mas, quando comparado com o comportamento do ano passado, quando, no mesmo período, o aumento foi de mais de 30%, nota-se uma importante tendência de desaceleração.

Com efeito, o que se observou na maioria das regiões foi a estabilização de grande parte das cicatrizes, com sinais de alterações recentes bastantes pontuais. Em nenhuma das regiões o incremento observado superou a ordem de 50 hectares, sendo os maiores aumentos absolutos verificados nas regiões de Kayanau, Wai-kás, Alto Mucajaí e Auaris, respectivamente.



MAPA 1 - ÁREA TOTAL DEGRADADA PELO GARIMPO NA TIY

Abaixo, apresentamos as imagens de radar de Xitei e Homoxi que ilustram esse comportamento. Em tom azulado, as áreas onde parece que

a atividade foi temporariamente neutralizada e, em vermelho, as áreas com indicação de alteração recente.

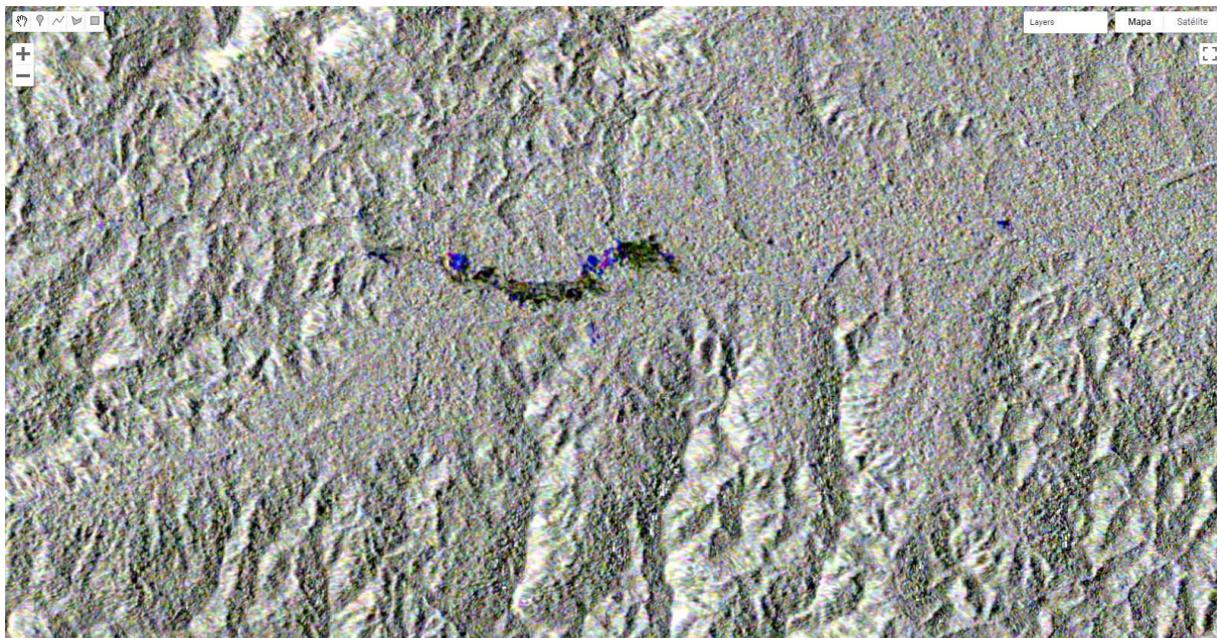


IMAGEM 3 - CICATRIZES DE GARIMPO NO ALTO CATRIMANI EM IMAGEM RADAR

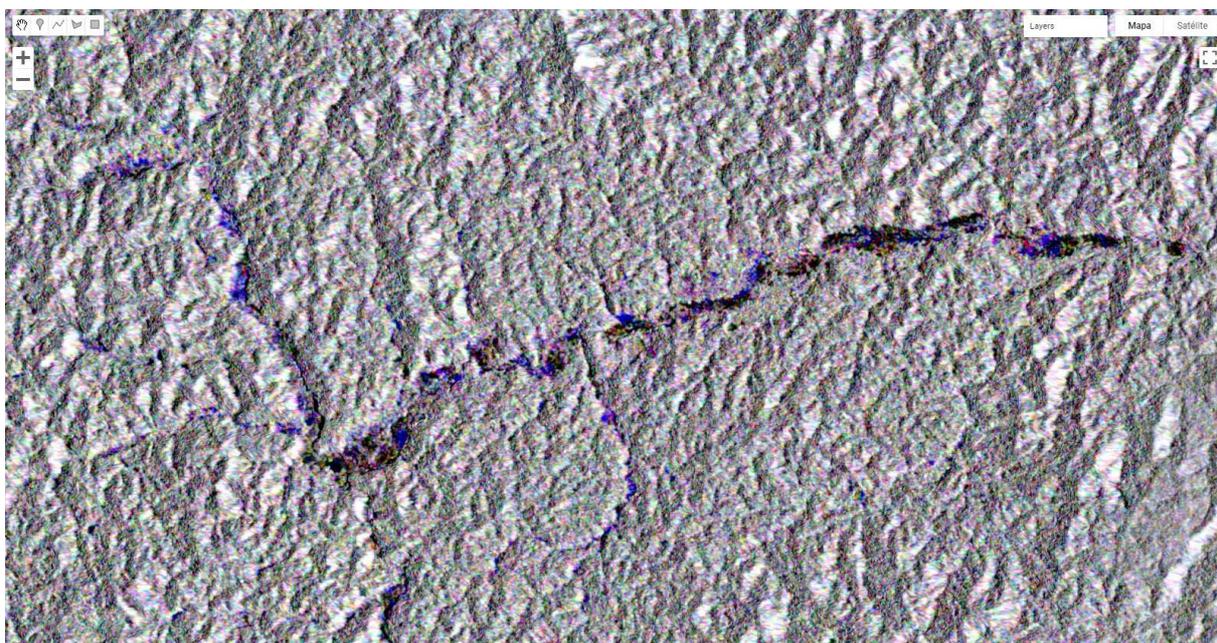
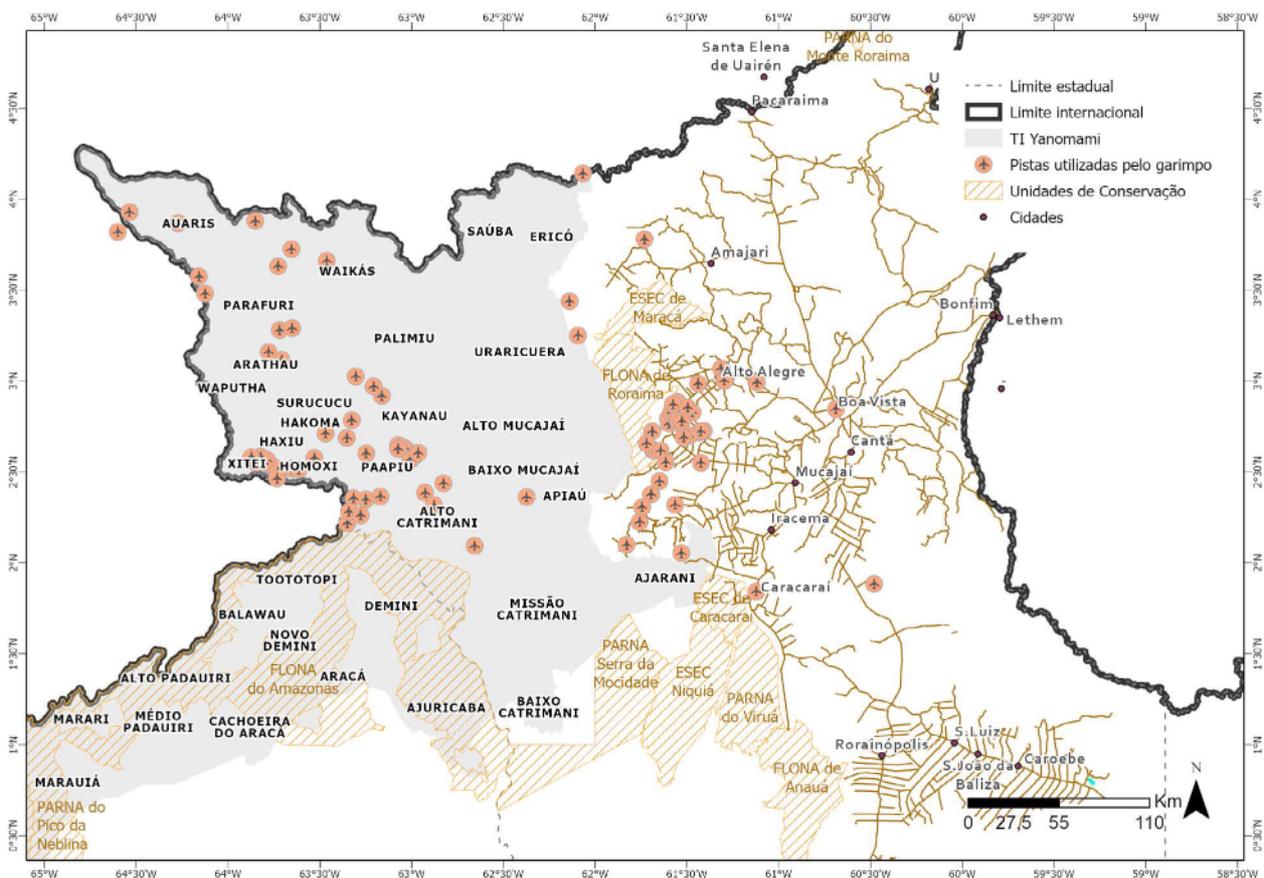


IMAGEM 4 - CICATRIZES DE GARIMPO NO HOMOXI EM IMAGEM RADAR

Sem dúvidas, as ações mais eficientes para o combate ao garimpo na TIY, adotadas pelo novo governo, foram aquelas associadas à estratégia de “estrangulamento logístico”, algo para o qual as associações indígenas já vinham chamando a atenção há muito tempo, com especial destaque para o controle do espaço aéreo e o bloqueio dos acessos fluviais e terrestres. No entanto, ainda que a estratégia tenha tido resultados positivos, há determinados aspectos da maneira como foi adotada e certas decisões que poderiam ter sido diferentes, talvez com impactos mais positivos ao longo do tempo.

Entre os pontos que merecem um exame crítico estão a decisão de não fechar completamente os acessos à TIY para a logística garimpeira e manter aberto três “corredores” com o intuito de viabilizar a saída espontânea dos criminosos¹⁹ ao longo de dois meses (de 06 de fevereiro até 06 de abril).

19. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/cerca-de-300-garimpeiros-ja-deixaram-a-terra-indigena-yanomami/>



MAPA 2 - PISTAS DE POUSO UTILIZADAS PELA LOGÍSTICA GARIMPEIRA

No dia 30 de janeiro, o presidente da república assinou o decreto Nº 11.405, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e de combate ao garimpo ilegal no território Yanomami a serem adotadas por órgãos da administração federal. Neste decreto, ficou determinada a criação de uma Zona de Identificação de Defesa Aérea - ZIDA para o controle do acesso durante

o período da ESPIN. A Operação “Escudo Yanomami”, entretanto, só conseguiu manter a restrição total de voos do garimpo por seis dias, após pressão de parlamentares de Roraima associados ao movimento dos garimpeiros²⁰.

20. <https://www.folhabv.com.br/cotidiano/movimento-se-reune-com-senador-e-pede-ajuda-para-retirar-garimpeiros/>

Se por um lado essa opção reduziu os custos das ações de combate à atividade por parte do Estado, por outro, permitiu que muitos financiadores retirassem seus equipamentos da Terra Indígena, sem maiores prejuízos (veja o número total de aeronaves apreendidas e inutilizadas) e constrangimentos (com repercussões, inclusive, para as investigações sobre a ação desses grupos criminosos). Há rumores de que alguns dos principais “donos” de garimpos tiveram perdas tímidas com as ações e que deslocaram a sua operação para a Guiana, aguardando os esforços de Proteção da Terra Indígena diminuírem para retornarem à TIY. Ademais, a estratégia dos corredores ajudou a

capitalizar grupos que apostam na exploração da logística garimpeira, como pilotos de avião, barqueiros e motoristas²¹. De acordo com reportagem do jornal O Globo, alguns garimpeiros chegaram a pagar R\$ 15.000,00 para sair do território durante este período²².

21. <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/02/07/garimpeiros-reclamam-do-alto-preco-de-voos-ilegais-e-ocupam-pista-clandestina-na-terra-yanomami.ghtml>

22. Sassine. V. Mercado ilegal lucra com fuga de garimpeiros da terra yanomami. Folha de S. Paulo | Cotidiano. 18 de fevereiro de 2023.

MATERIAL APREENDIDO E/OU INUTILIZADO	OPERAÇÕES 2022	OPERAÇÕES 2023 ²³
Aeronaves e embarcações	134 (22 aeronaves inutilizadas, 14 aeronaves interditas, 89 aeronaves apreendidas, 9 voadeiras)	41
Balsas	10	112
Motores e máquinas	101 (91 motores inutilizados, e 10 motores de popa apreendidos)	415
Geradores de energia	16 (14 geradores inutilizados 2 geradores apreendidos)	90
Acampamentos desmobilizados	Sem informação	327

QUADRO 1 - COMPARAÇÃO DE ALGUNS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES EM 2022 E 2023

Criminosos associados ao tráfico de pessoas também puderam continuar lucrando com a abertura prolongada dos “corredores”, conforme revelou uma adolescente resgatada por ação da

Polícia Federal em situação de exploração sexual²⁴. A adolescente de quinze anos foi aliciada para trabalhar como cozinheira no garimpo do Couto Magalhães pouco depois da deflagração

23. Resultados até 27 de junho. segundo reportagem: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/06/27/acoes-contra-garimpos-reduzem-em-90percent-voos-clandestinos-na-terra-yanomami-e-somam-42-toneladas-de-cassiterita-apreendida.ghtml>

24. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/03/exploracao-sexual-em-garimpo-na-terra-yanomami-envolve-varias-adolescentes-e-ameacas-diz-conselho.shtml>

da Operação Libertação²⁵ e entrou no território utilizando um dos “corredores humanitários”. Chegando no garimpo, foi informada de que teria que se prostituir para pagar os custos do transporte e de sua permanência. Segundo o relato da adolescente, ela e outras jovens eram obrigadas a realizar até dezesseis programas por noite nos cabarés da TI Yanomami, sendo coagida a se prostituir mesmo durante o seu período menstrual.

Os próprios agentes do Ibama, responsáveis pelas operações no terreno, criticaram a manutenção dos corredores por tanto tempo²⁶. Segundo a avaliação dos fiscais, os corredores viabilizaram a manutenção da exploração econômica por parte de determinados grupos, com consequências diretas para a segurança dos servidores. Desde que implantaram uma barreira no rio Uraricoera, já foram registrados pelo menos cinco ataques por parte de garimpeiros fortemente armados que tentaram romper o bloqueio do rio²⁷.

Além das investidas contra os servidores na barreira, houve também ataques armados durante ações de fiscalização nos acampamentos. Um deles aconteceu durante uma ação do Ibama no rio Couto Magalhaes²⁸, felizmente sem feridos, e outro durante ação no rio Uraricoera, quando morreram quatro garimpeiros, após troca de tiros com a Polícia Rodoviária Federal - PRF. Um dos mortos foi reconhecido posteriormente como um dos chefes do Primeiro Comando da Capital - PCC na região²⁹. Na ocasião, a PRF apreendeu um arsenal de armas e duas miras holográficas, que, segundo vídeo veiculado nas redes sociais, tinham como objetivo abater as aeronaves e helicópteros das forças de segurança³⁰.

Casos de violência contra os indígenas também foram registrados durante o período de saída “pacífica” dos garimpeiros. No dia 05 de fevereiro, dois Yanomami do Haxiu foram atacados por garimpeiros na pista do Jeremias, região do Homoxi. Um deles faleceu, depois de levar um tiro na barriga, e outro foi removido para Boa Vista com ferimentos graves³¹. Houve denúncias também que outros dois indígenas foram mortos na região do Parima³².

Já no final de abril, três indígenas da comunidade Uxiú foram emboscados por garimpeiros, enquanto se preparavam para uma cerimônia fúnebre. Os garimpeiros desferiram múltiplos disparos com arma de fogo contra os indígenas, enquanto transitavam de barco pelo rio Mucajaí. Dois Ninam ficaram gravemente feridos e um morreu com um tiro na testa. Segundo os relatos colhidos em campo, os garimpeiros embarcaram no porto do Sítio 14 – notório ponto logístico do garimpo no Mucajaí – e cruzaram a Base de Proteção da Funai Walopali sem serem interceptados pelas forças de segurança da região. De acordo com os indígenas do Mucajaí, o piloto da embarcação havia sido “autorizado” a fazer o transporte de garimpeiros na região com o objetivo de auxiliar na retirada dos mesmos³³.

Dias depois, mais oito corpos foram encontrados próximos à comunidade dos Yanomami que haviam sido atacados³⁴. Ainda não se sabe se essas mortes estão associadas aos ataques no Uxiú, ou se são resultado de conflitos entre os próprios garimpeiros, ou eventuais disputas entre facções rivais.

25. A Operação Libertação foi deflagrada pela Polícia Federal no dia 09 de fevereiro, em parceria com o Ibama e a Funai. Ela tinha como objetivo realizar ações de fiscalização e repressão contra o garimpo ilegal na TI Yanomami.

26. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/02/24/corredores-aereos-em-terra-yanomami-podem-servir-a-garimpeiros-dizem-fiscais-do-ibama.ghtml>

27. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-05/base-do-ibama-e-alvo-de-quinto-atentado-em-terra-indigena-yanomami>

28. <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/04/01/ibama-sofre-terceiro-ataque-a-tiros-durante-fiscalizacao-contragarimpeiros-na-terra-yanomami.ghtml>

29. <https://noticias.r7.com/cidades/homem-morto-em-acao-contragarimpo-ilegal-em-area-yanomami-era-integrante-do-pcc-02052023>

30. <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/05/02/garimpo-faccionado-morto-em-confronto-na-terra-yanomami-ostentava-e-armas-e-habilidade-com-tiro.ghtml>

31. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/02/pf-faz-diligencia-na-terra-indigena-e-aponta-um-yanomami-morto-e-outro-ferido-por-garimpeiro.shtml>

32. <https://www.metropoles.com/brasil/garimpeiros-matam-tres-indigenas-yanomami-em-roraima-diz-lideranca>

33. <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/02/12/governo-federal-libera-acesso-de-barcos-para-retirada-de-garimpeiros-da-terra-yanomami.ghtml>

34. <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/05/escala-da-violencia-na-terra-ianomami-pf-encontra-8-corpos-na-selva.ghtml>



FOTOS 3 E 4 - REPRODUÇÃO DE FOTOS DE GARIMPEIROS NA TIY QUE SÃO DIVULGADAS EM REDES SOCIAIS³⁵

Outro ponto de atenção, que deve ser observado nas ações de proteção territorial dos primeiros meses, é a questão das Bases de Proteção (BAPES) da Funai. Sabe-se que os esforços de implantação e manutenção dessas estruturas ficaram concentrados nos rios Uraricoera e Mucajaí, o que é bastante compreensível, considerando que esses dois rios abrigam a maior parte da logística fluvial do garimpo atual. Entretanto, essa concentração corre o risco de produzir o efeito de “vazamento” para outras calhas, como as dos rios Catrimani, Apiaú e Uraricaá, e, portanto, seria fundamental que fossem pensadas estruturas para o monitoramento e fiscalização dessas zonas.

Ainda não temos notícias de aumento da pressão no rio Uraricaá, mas, no Apiaú e no Catrimani, os relatos das comunidades sugerem que a invasão persiste, sendo que no Catrimani, ela acontece em menor escala, por meio de balsas, no baixo curso do rio, e no Apiaú, com alta circulação de pessoas e equipamentos sem qualquer fiscalização no limite do território. De acordo com o último depoimento de uma das lideranças do Apiaú, foi observado inclusive a entrada recente de novas retroescavadeiras nos garimpos locais.

Essa notícia em especial nos preocupa porque, os caminhos utilizados pelos invasores para trafegar com equipamento pesado no

Apiaú possivelmente estão associados ao ramal identificado por sensoriamento remoto e confirmado em sobrevoo após uma denúncia das comunidades do Alto Catrimani, no dia 10 de novembro de 2022³⁶.

O ramal de aproximadamente 150 km adentrava a TIY próximo ao rio Apiaú, e seguia margeando o curso d’água até cruzar para a bacia do Catrimani, onde passava a menos de 15 km da aldeia do grupo em isolamento voluntário conhecido como Moxihatëtêma.

35. <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/05/02/garimpeiro-faccionado-morto-em-confronto-na-terra-yanomami-ostentava-e-armas-e-habilidade-com-tiro.ghtml>

36. Não é de hoje que os Yanomami denunciam a existência de um ramal utilizado pela logística garimpeira na TIY. Pelo menos desde 2019 há rumores sobre pequenas trilhas utilizadas por quadriciclos para transporte de combustível e outros insumos. Entretanto, apenas após setembro de 2022 é que sinais do ramal passaram a ser detectáveis por sensoriamento remoto.

Segundo informou Davi Kopenawa, esse ramal provavelmente trata-se da retomada de uma antiga trilha de garimpeiros aberta na década de 1980, que dava acesso ao garimpo “Cambalacho”. Na época, a trilha conectava o PA Apiaú ao garimpo Cambalacho, em uma viagem que durava semanas a pé.

TRADUÇÃO DE TRANSCRIÇÃO DE MENSAGEM POR RÁDIO DE 14 DE NOVEMBRO DE 2022:

Boa Vista, 14 de novembro de 2022.

Nós, Yanomami do Alto Catrimani I, informamos que chegaram três escavadeiras elétricas aqui. Por isso, eu estou comunicando no rádio. Quero divulgação imediatamente. Nós lideranças estamos avisando vocês diretores da Hutukara.

Vocês da Hutukara talvez pensem que o X está mentindo. Mas nós precisamos avisar a Polícia Federal urgentemente para com ajuda da FUNAI retirar os garimpeiros de lá. Assim que eles vem para retirar logo. Se demorar, nossas casas vão ser destruídas. As crianças estão com medo e fugindo. Por isso nós, os pais deles, es-

tamos preocupados. Porque eles não conhecem as escavadeiras que chegaram aqui no Alto Catrimani. A gente não sabia que elas chegavam até aqui na região. No primeiro dia chegou uma escavadeira, e no outro dia chegou outras duas. É verdade mesmo.

Essa é minha informação, vocês têm que fazer reunião. Estão precisando de vocês para vocês verem. Eu não estou enganando. Chegou até nós do Alto Catrimani uma estrada de onde veio a retroescavadeira. Todos nós estamos preocupados porque nós não sabíamos que chegaria aqui 3 escavadeiras. Os garimpeiros não foram convidados para vir, mas eles estão aqui.

A presença de uma estrada como esta traz inúmeros riscos à proteção da TIY. O mais evidente deles é a possibilidade de redução dos custos logísticos do garimpo, de modo que a consolidação de um acesso terrestre poderia facilitar a entrada de insumos, ampliando enormemente a capacidade de operação da atividade ilegal. Da mesma forma, o acesso terrestre permitiria a entrada de maquinário pesado, alterando o padrão técnico do garimpo, hoje basicamente estruturado no modelo de bombas hidráulicas “bico de jato”.

Tal mudança tecnológica já ocorreu em outros territórios como é o caso das TIs Munduruku e Kayapó, segunda e primeira TIs mais afetadas pelo garimpo, respectivamente. Nessas áreas, o que se viu foi um aumento explosivo no tamanho da superfície degradada e um ganho de produtividade absurdo, que torna a atividade muito mais difícil de combater, pois mesmo com seguidas operações com destruição de maquinário, os ganhos permitidos pela exploração com as retroescavadeiras compensam, em curtíssimo prazo, os prejuízos. Ademais, tratores e escavadeiras não apenas auxiliam na remoção do solo para a extração mineral, como também ajudam na construção de infra-estrutura, contribuindo para o desenvolvimento dos canteiros e para a sua ampliação.



FOTO 5 - RETROESCAVADEIRAS EM OPERAÇÃO NA TI YANOMAMI EM DEZEMBRO DE 2022.
CRÉDITO: VALENTINA RICARDO (HAY/GREENPEACE)

Uma das justificativas para a atuação reforçada em apenas duas Bases de Proteção em um território da magnitude da Terra Yanomami é provavelmente a baixa disponibilidade de recursos humanos para dar suporte às ações de controle e vigilância. Uma vez que órgãos como o Ibama e a Funai foram completamente sucateados no período Bolsonaro. Mas, é aí que reside outro equívoco estratégico no planejamento das ações de retirada dos invasores: ter relegado às forças armadas inicialmente apenas a função de apoio logístico para as outras instituições.

Caso o envolvimento das Forças Armadas na execução de ações preventivas e repressivas dentro da TIY tivesse sido planejado desde o início, talvez tivesse sido possível ampliar a capacidade das Bapes e planejar a instalação de

novas estruturas em outros pontos estratégicos, liberando, por exemplo, os grupos especializados do Ibama e da Polícia Rodoviária Federal para realizar mais ações nos acampamentos e canteiros ilegais, em vez de ficarem imobilizados nas barreiras do Mucajaí e do Uraricoera.

Foi somente no dia 21 de junho que foi alterado o decreto N° 11.405, finalmente atribuindo ao Ministério da Defesa a “execução de ações preventivas e repressivas contra delitos transfronteiriços e ambientais, na faixa de fronteira terrestre e nas águas interiores, por meio da promoção de ações de patrulhamento, de revista de pessoas, veículos terrestres, embarcações e aeronaves, e de prisões em flagrante delito, entre outras.”



FOTO 6 - VISÃO INTERNA DO HELICÓPTERO DAS FORÇAS ARMADAS. CRÉDITO: GUILHERME GNIPPER

Mas, na nossa análise, a principal crítica à estratégia adotada pelo governo para a realização das operações não é a flexibilização do controle aéreo, ou a ação reduzida nas BAPES, e sim a ausência de uma coordenação³⁷, que além de garantir um maior diálogo com as organizações indígenas e as comunidades, pudesse articular ações de comando e controle, com ações de ajuda humanitária e de atenção à saúde.

Nesse sentido, o fluxo ideal das ações visando a estabilização da situação sanitária e política das comunidades seria: i) operações para a neutralização do garimpo; ii) apoio às comunidades vulnerabilizadas com cestas básicas, ferramentas agrícolas e sementes; iii) realização de missões de atendimento à saúde; iv) restabelecimento do serviço de atendimento regular de saúde.

Não obstante a razoabilidade de tal sequência, em nenhuma das regiões sensíveis da TIY uma ação coordenada dessa maneira foi registrada. O que faz com que a maior parte delas ainda apresente alto grau de vulnerabilidade socioeconômica e sanitária, sem o devido apoio emergencial ou regularização no atendimento de saúde.

37. No dia 20 de janeiro de 2023 foi instituído o Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento à Desassistência Sanitária das Populações em Território Yanomami, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, mas ele teve muito mais a função de delinear estratégias gerais de atuação.

**TRECHO DA FALA DE LIDERANÇA FEMININA DO UXIU, DURANTE O
FÓRUM DE LIDERANÇAS YANOMAMI E YE'KWANA
EM JULHO DE 2023, MATURACÁ, TIY.**

A minha floresta não está boa não. Estes que vocês chamam de garimpeiros estão muito perto da minha casa, eles mataram professores nossos, por isso eu não estou feliz. Eu não quero garimpo. Por isso estou aqui, para lutar pela nossa terra Yanomami! O garimpeiro distribuí bebida alcoólica, por isso os yanomami estão morrendo e se acabando, por isso eu quero falar forte pra vocês. Eu não quero que meu povo se acabe! Lá no Kayanau eles já se acabaram na bebida, se mataram. Vocês não sabem do que estou falando, vocês jamais viram isso. A minha floresta está totalmente destruída, não temos mais alimentos. Os garimpeiros estão se misturando com os Yanomami. Mataram também o AIS.

Lá onde meus irmãos moram, os garimpeiros chegam continuamente, o avião não para de pousar lá. Eu não posso visitar meus parentes, pois tenho medo. Os garimpeiros estão pelo caminho, por isso não podemos andar.

A gente não tem saúde. Estão todos doentes. Estou triste porque mataram meus irmãos, estão todos magrinhos, com barriga grande. Na floresta não tem mais alimentos, porque a floresta está destruída.

Por isso eu vim aqui para falar com as autoridades.

AJUDA HUMANITÁRIA

No contexto da emergência Yanomami convencionou-se chamar as ações de entrega de cestas básicas e kits de ferramentas de “ajuda humanitária”. E, de fato, essas atividades seriam essenciais para auxiliar a estabilização socioeconômica das comunidades mais vulneráveis, se elas estivessem sendo executadas corretamente. O que não ocorreu.

A situação de insegurança alimentar não chega a ser generalizada no território Yanomami, mas se amplificou enormemente nos últimos anos devido a uma combinação de fatores, que envolve desde a destruição dos recursos naturais pela exploração ilegal de minérios à desorganização produtiva decorrente da crise sanitária e dos impactos sociais do garimpo. Em 2021 e 2022, somou-se a isso os efeitos do prolongamento da estação chuvosa, em decorrência do fenômeno climático La Niña, que impediu muitas comunidades de renovarem suas roças.

Desde o começo do ano, com efeito, o governo deu início a um plano de ofertas de cestas básicas para as comunidades Yanomami. O Plano, apresentado pela FUNAI no dia 10 de fevereiro de 2023, previa a distribuição de 12,6 mil cestas por mês, durante todo o primeiro semestre, o que daria mais de 50 mil cestas básicas, segundo revelou reportagem do site de notícias A Pública³⁸. Entretanto, nesse período, somente 50% do total de cestas previstas foram efetivamente entregues devido a problemas logísticos envolvendo as Forças Armadas, como demonstra a reportagem.

Além do problema em relação à quantidade de cestas entregues, os relatos dos Yanomami indicam uma série de outros deslizamentos associados

à forma de distribuição no território. Primeiro, porque não houve um plano de distribuição que priorizasse a entrega nas comunidades mais vulneráveis, o que fez com que os envios ficassem à mercê da capacidade das pistas de pouso e de clareiras para o lançamento das cestas. Assim, as cestas se concentraram em torno das pistas com maior capacidade de carga, deixando muitas comunidades remotas desassistidas e famílias com conhecida situação de insegurança alimentar descobertas. Foi o caso de algumas comunidades do Kayanau, que segundo os dados do SIASI, tinham em 2022 83% das crianças de até cinco anos com muito baixo peso e baixo peso. Segundo, porque não foi elaborado um protocolo de entrega das cestas para garantir que elas chegassem em todas as famílias de uma determinada região e tivessem uma distribuição equânime entre as comunidades. Uma das reclamações apresentadas foi que a ausência de uma mediação na distribuição levou a um processo de concentração das cestas nas mãos das famílias que deram a “sorte” de estar no local da entrega, no momento em que a alimentação foi doada.

Em Auaris, os relatos de área informam que as cestas básicas que chegaram na região foram estocadas no pelotão de fronteira, com muita demora na distribuição para as comunidades. Essa lentidão, por sua vez, levou ao perecimento de parte da carne incluída nas cestas (charque). Nesta região, para que a ajuda humanitária seja eficaz, é central que a estratégia de distribuição pense também na dinâmica das cestas do Pelotão para as comunidades, o que implica em prever os custos de transporte fluvial ou mesmo pequenos voos. São ao todo 29 comunidades, em situação de grande insegurança alimentar. Com o atraso no abastecimento de muitas comunidades, as lideranças locais alertaram que algumas famílias estão comendo as mandiocas ainda verdes, comprometendo assim a recuperação econômica futura.

38. <https://apublica.org/2023/06/militares-recusam-entrega-de-cestas-basicas-aos-yanomami/>

Da mesma forma, é importante que o atendimento com cestas básicas seja garantido com alguma periodicidade e com um cronograma acordado com as comunidades, considerando que uma cesta dura em média dez dias para uma família Yanomami, e que cultivos de ciclo curto, como o milho, necessita de pelo menos 90 dias para serem colhidos. Este apoio ainda deve ser complementado com a distribuição de ferramentas e sementes, visando a sustentabilidade da ação no médio e longo prazo.

Um levantamento não sistemático realizado com lideranças de regiões sensíveis (Kayanau, Parafuri, Xitei, Homoxi, Haxiu, e Arathau) sugere que o apoio com cesta básica, quando chegou, se deu de maneira descontínua e sem a complementação de ferramentas e sementes na maioria dos casos.

Há registros, inclusive, que a própria Funai recomendou evitar o apoio humanitário em determinadas áreas devido à situação de insegurança local.



FOTO 7 - LANÇAMENTO DE CESTAS BÁSICAS EM SURUCUCUS. CRÉDITO: GUILHERME GNIPPER

LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO EM REGIÕES SENSÍVEIS A PARTIR DA PERCEÇÃO DAS LIDERANÇAS

	AINDA TEM GARIMPEIROS TRABALHANDO NA REGIÃO?	COMO FOI A SAÍDA DOS GARIMPEIROS, ELES FIZERAM ALGUMA AMEAÇA OU ATAQUE ÀS COMUNIDADES DURANTE A RETIRADA?	O POSTO DE SAÚDE ESTÁ FUNCIONANDO?	A EQUIPE DE SAÚDE ESTÁ VISITANDO AS MALOCAS?
PARAFURI	Sim. Dois “pares de máquina” ativos (tatuzão). Chegam usando a pista de pouso e deslocamento terrestre.	Teve operação, mas um dos dois grupos (8 pessoas) que tinham fugido, retornou após a operação. Não teve ameaças na saída, mas avisaram que retornariam depois da operação.	Não.	Raramente.
XITEI	Sim.	Teve operação. Queimaram alguns maquinários, mas sobraram outros. Depois da operação os garimpeiros retornaram. Os garimpeiros ameaçaram pessoas das comunidades Kanakiu e Ximixipora.	Sim.	Não. Só tem três funcionários trabalhando no posto e não podem visitar vinte e três comunidades.
HAXIU	Perto do Yamasipiu.	Não teve.	Posto de saúde improvisado, aberto em fevereiro.	Não consegue visitar todas.
HOMOXI	Sim, perto das comunidades Xereu e Tirei.	Teve ações rápidas de destruição de maquinário. Pista do Homoxi ficou como centro logístico da saída dos garimpeiros. Na saída teve conflitos com grupos do Haxiu.	Não. A pista de Homoxi é usada pelos garimpeiros.	Não.
PARIMA	Não.	Teve grande operação de destruição de balsas e acampamentos. Não houve ameaças.	Sim, com presença da Força Nacional e FUNAI.	Não.
KAYANAU	Acabou próximo ao rio Mucajá, mas continua no Couto Magalhães.	Teve operações.	Não.	Não.

QUADRO 2 (CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA)

	AS CRIANÇAS JÁ FORAM VACINADAS ESTE ANO?	AS GRÁVIDAS ESTÃO TENDO ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL?	COMO ESTÁ A SITUAÇÃO DA MALÁRIA?	EXISTE CONFLITO NA REGIÃO? ENTRE QUAIS COMUNIDADES? QUAL O MOTIVO?
PARAFURI	Não.	Não.	Vários casos de malária, mas nenhum óbito.	Makabey e Xaruna estão em conflito. O motivo foram mortes de depois de uma bebedeira.
XITEI	Não.	Não.	Não tem muita, mas têm outras patologias.	1. Tirei e Xitei contra Ex-Pixahanapi (Kuniamari), por causa de contenda na retirada de ouro; 2. Hehu contra Xereu e Maripe.
HAXIU	Parte das crianças, em execução.	Em algumas comunidades, em execução.	Pouca. Mas nos anos anteriores teve óbitos.	Haxiu contra pessoas de Surucucu.
HOMOXI	Equipe volante está fazendo, com limitações.	Equipe volante está fazendo, com limitações.	Tem.	Contra o pessoal do Xitei.
PARIMA	Não.	Não.	Muito grave, dois óbitos recentes.	Muitos conflitos. Outras regiões contra Parima.
KAYANAU	Não.	Não.	Muita malária.	Kayanau posto contra Wayahomapi (em razão de consumo de bebida alcoólica e conflitos decorrentes de mortes).

QUADRO 2 (CONTINUAÇÃO)

	COMO ESTÁ A SITUAÇÃO DAS ROÇAS?	VOCÊS RECEBERAM CESTA-BÁSICA? QUANTAS VEZES EM 2023?	TODAS AS COMUNIDADES RECEBERAM?	VOCÊS RECEBERAM FERRAMENTAS AGRÍCOLAS?	AS PESSOAS DA REGIÃO ESTÃO VIVENDO BEM? SE NÃO, QUAIS OS PROBLEMAS?
PARAFURI	Tem roça.	Só uma vez.	Sim.	Não.	Posto fechado, precisando de reforma, barco e combustível para atendimento nas aldeias, Muita malária.
XITEI	Em algumas comunidades não tem roça, pois não tem lugar perto que seja bom para a agricultura. O deslocamento foi forçado pela insegurança. Por isso, muita fome na região.	Duas vezes em 2023, mas ficaram concentradas no posto Xitei.	Hehu e Ximixipora, por exemplo, não receberam.	Somente as comunidades que receberam cestas receberam ferramentas.	Tem garimpo, tem fome, equipe insuficiente no posto de saúde (precisa de pelo menos 10 pessoas)
HAXIU	Tem roça.	Receberam várias vezes, mas apenas onde havia acesso.		Ainda não.	A Saúde melhorou. Mas o posto foi novamente fechado na metade de julho de 2023.
HOMOXI	Pouca roça.	Uma vez por mês.	Sim.	Ainda não.	Não vivem bem.
PARIMA	Muito pouca roça, e nova.	Sim. Desde a saída dos garimpeiros recebem.		Ainda não.	Não.
KAYANAU	Tem roça.	Sim. Os perto do Posto e Wayohomapi.	Os de Thoritha não receberam.	Não.	Se vive muito mal.

QUADRO 2 (CONTINUAÇÃO)

ATENÇÃO À SAÚDE

O Distrito Sanitário Yanomami foi criado em 1991, na esteira das mudanças no arcabouço jurídico e institucional da política indigenista oficial do país pós constituição de 1988. Ele nasce vinculado à recém-criada Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, como uma tentativa de solucionar o grave quadro sanitário no território Yanomami após a invasão garimpeira na década de 1980.

Em síntese, um Distrito Sanitário é uma unidade de gestão descentralizada, responsável pela organização dos serviços de atenção primária à saúde em um determinado território (étnico e geograficamente delimitado), sob responsabilidade direta do Governo Federal, com participação das demais esferas de governo e da sociedade civil organizada. Sua estrutura de atendimento conta com Unidades Básicas de Saúde Indígena - UBSIs, organizadas em polos base, e as Casas de Apoio à Saúde Indígena - CASAI³⁹.

De tal maneira, o modelo de atenção à saúde na TI Yanomami foi estruturado para que, além da presença permanente de funcionários nas unidades básicas, fossem realizadas também visitas periódicas e frequentes às comunidades, de modo a garantir que a distância do posto não represente um empecilho para a assistência sanitária. O atendimento através de visitas domiciliares, realizado a partir do deslocamento das equipes, é fundamental para garantir a cobertura em saúde das comunidades e o acompanhamento do tratamento de doenças pelos profissionais de saúde, garantindo a recuperação dos pacientes. Ademais, o tratamento da doença na comunidade com a rede de apoio familiar fornece benefícios adicionais diversos.

39. Atualmente o Distrito Especial de Saúde Indígena Yanomami é responsável por atender uma população de mais de 30 mil indígenas, distribuída em mais de 350 comunidades, regionalizadas em 37 polo base. O DSEI-Y conta com 65 estabelecimentos de saúde no território, sendo a maioria delas em precárias condições de estrutura, além de uma CASAI em Boa Vista (RR) e três sedes administrativas em municípios do Amazonas (Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira).

Alguns trabalhos⁴⁰ consideram o princípio do século XXI como a *Belle Époque* da saúde indígena na TIY, momento em que boa parte das comunidades foi atendida pela organização Urihi-Saúde por meio de um convênio com a FUNASA, período no qual as medidas preventivas e as visitas regulares foram a tônica da ação em saúde. E, de fato, os números da Urihi são notáveis. DO PATEO (2017)⁴¹ registra que, na área de atuação da organização, a incidência de malária foi reduzida em 99%, a cobertura vacinal em crianças menores de um ano chegou pela primeira vez aos níveis preconizados pelo Ministério da Saúde e houve uma queda de 65% na mortalidade infantil.

Além da ampliação e consolidação da infraestrutura de atendimento, com a abertura de novas pistas de pouso e UBSIs. Nesse período, foi também criada uma rede de escolas responsáveis pela alfabetização e formação de Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e Microscopistas, que impulsionou e disseminou o processo de escolarização na TIY, antes restrito às comunidades próximas às estruturas missionárias.

No final da década de 2000, contudo, embora o volume de recursos destinado à saúde indígena tenha aumentado, o Distrito, devido a problemas de ordem política e administrativa, foi apresentando resultados cada vez menos satisfatórios. De acordo com as organizações indígenas, as principais razões pela precarização do atendimento à saúde foram:

40. PATEO, R. D. D. A dança das Cadeiras na Saúde. In: RICARDO & RICARDO. Povos Indígenas do Brasil 2011-2016. São Paulo: Instituto Socioambiental 2017.

PELLEGRINI, M. Discursos dialógicos: intertextualidade e ação política na performance e autobiografia de um intérprete Yanomami no Conselho de Saúde. Tese de Doutorado. Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

TOURNEAU, F.-M. Le. Les Yanomami du Brésil: géographie d'un territoire amérindien. Paris: Belin, Coll. Mappemonde, 2010.

41. PATEO, R. D. D. A dança das Cadeiras na Saúde. In: RICARDO & RICARDO. Povos Indígenas do Brasil 2011-2016. São Paulo: Instituto Socioambiental 2017.

1) a redução das equipes de assistência primária nas UBSIs; 2) a centralização da compra de insumos básicos no Ministério da Saúde, o que impactou diretamente as farmácias locais; e 3) a diminuição da quantidade de visitas às aldeias mais distantes dos postos.

Tal situação tem contribuído para que medidas preventivas não sejam implementadas e, normalmente, quando os pacientes decidem procurar o atendimento já apresentam quadros mais graves, comprometendo significativamente o sucesso dos tratamentos a serem empregados. Além disso, devido ao desabastecimento das farmácias e à ausência de Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena (EMSI), é frequente ver a interrupção dos tratamentos pelos pacientes, que retornam às comunidades ao primeiro sinal de recuperação, sem completar o tratamento de forma adequada.

No período Bolsonaro, essa trajetória de degradação do sistema de saúde Yanomami se acelerou. Seja por má fé ou incompetência na condução da política de saúde (possivelmente ambas⁴²), nos últimos anos, houve uma importante redução na presença de profissionais atuando na área e no número de visitas nas aldeias, além da deterioração total da infraestrutura das unidades de atendimento, desabastecimento generalizado de insumos e medicamentos e no desmantelamento do sistema de vigilância epidemiológica.

Em casos extremos, como Homoxi e Kayanau, para citar apenas dois, a desassistência perdura por anos, pois além das falhas na gestão do Distrito, soma-se a ação criminosa dos garimpeiros, que sequestraram as pistas e as estruturas das UBSIs, impedindo a permanência das equipes de saúde na região.

42. Inquérito Civil nº 1.32.000.000084/2023-17



FOTO 8 - POSTO DE SAÚDE DO HOMOXI INCENDIADO POR GARIMPEIROS EM 2022.
CRÉDITO: HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI/REPRODUÇÃO/FACEBOOK

Assim, considerando o aprendizado com as experiências bem sucedidas do passado, seria razoável supor que o processo de recuperação da saúde yanomami passasse necessariamente por quatro linhas de ação:

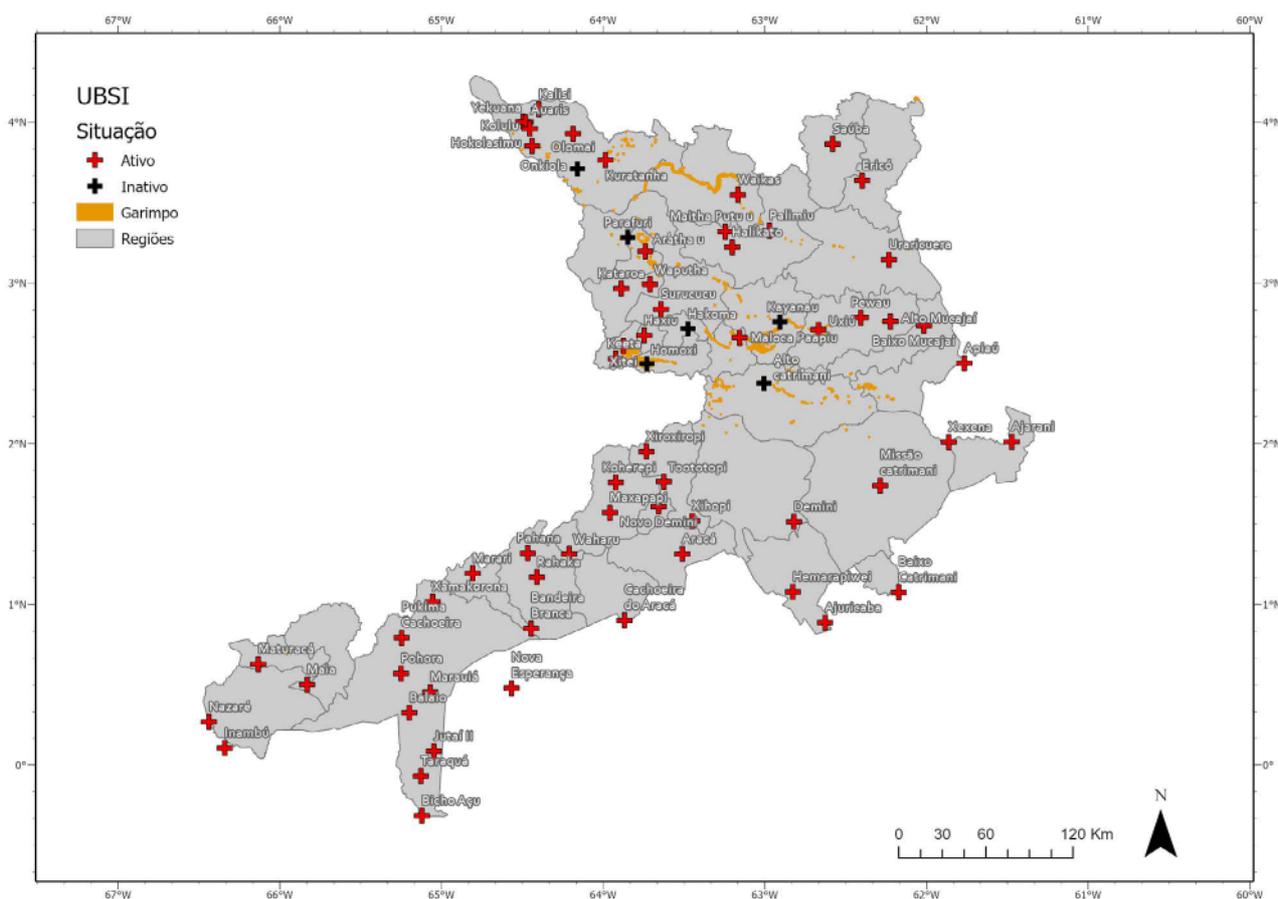
Mas, embora este caminho esteja bem delineado nos diagnósticos realizados no princípio do ano e nas peças do Ministério Público Federal sobre o tema, a atual gestão tem tido enorme dificuldade para minimamente estabilizar a crise.

1 recuperação da infraestrutura logística e de atendimento;

2 aumento das equipes de saúde trabalhando no território, com aumento da frequência das visitas nas aldeias;

3 aprimoramentos no sistema de vigilância epidemiológica, para encurtar o tempo de resposta entre surtos epidêmicos e tratamentos; e

4 recuperação do papel dos profissionais indígenas como peças-chave nas equipes de saúde.



MAPA 3 - SITUAÇÃO DAS UBSIS NA TIY NA PRIMEIRA QUINZENA DE JULHO

Entre as razões apresentadas para a não retomada das ações de promoção e prevenção à saúde de maneira ampliada, os Yanomami e os profissionais de saúde consultados indicam: i) ausência de infraestrutura para a ocupação regular de determinadas unidades; ii) ausência de segurança para a permanência da equipe de saúde em função de conflitos com garimpeiros ou entre grupos Yanomami; e iii) falta de mão de obra qualificada;

Ausência de infra-estrutura mínima é o caso por exemplo do Polo Base Hakoma, que desde 2021 depende exclusivamente de missões de saúde esporádicas. O antigo posto, localizado nas serras, foi abandonado devido a conflitos armados que motivaram o deslocamento da maior parte das comunidades para as proximidades do rio Mucajaí. A região atualmente experimenta um aumento crescente da malária, com óbitos recentes associados à falta de tratamento completo, e em maio era o segundo polo base de onde mais se removiam pessoas para serem atendidas em Surucucus.

Obviamente, pelos motivos descritos acima, Homoxi é outro caso emblemático de polos fechados por ausência de infraestrutura.

Há ainda o caso de postos que foram abertos recentemente, mas não dispõem de infraestrutura de atendimento, como é o caso do Haxiu. Neste polo, que atende a 900 pessoas e que havia sido fechado em função de um conflito intercomunitário, a equipe destacada está obrigada a trabalhar e se acomodar em uma estrutura improvisada, protegida por lonas doadas pelas associações indígenas, como pode ser verificado na imagem abaixo (Foto 9).

Vale dizer que, apesar de não serem vizinhos imediatos de nenhum garimpo conhecido, os relatos de área indicam que os jovens do Haxiu mantinham estreita relação com os acampamentos situados no Homoxi, de onde recebiam armas e bebidas alcoólicas.



FOTO 9 - SITUAÇÃO DO “POSTO” DO HAXIU. CRÉDITO: MÁRCIO HESINA

Ainda sobre infraestrutura, a situação das pistas de pouso é igualmente preocupante, a despeito dos inúmeros alertas das lideranças indígenas sobre a importância de se implementar um plano de recuperação das mesmas. O exercício demorou meses para concluir a reforma da Pista de Surucucus, o que acabou atrasando a inauguração do Centro de Referência em Surucucus, que só começou a operar três meses depois do decreto de emergência sanitária⁴³. Da mesma forma, grande parte das comunidades que precisava ser atendida com helicópteros, em função de suas pistas terem deixado de ser funcionais, continua assim. Esse tipo de transporte tem aumentado de forma descomunal os gastos com frete aéreo do Distrito, reduzindo a quantidade de recursos para serem investidos em ações mais estruturantes.

A baixa disponibilidade de helicópteros, por sua vez, acaba limitando a realização de missões de saúde com regularidade para as regiões mais remotas. Pela gravidade sanitária instalada no território, o equipamento passa a maior parte do tempo ocupado com as remoções urgentes de pacientes e com baixa disponibilidade de uso para as ações regulares de atendimento.

Mas, ainda que a falta de infraestrutura para receber a equipe de saúde seja um grande obstáculo para retomar os atendimentos regulares, os profissionais que atuam no território relatam que, na visão deles, a falta de pessoas para atuar nas UBSIs é, sem dúvida, o principal obstáculo para conseguir reestabelecer as rotinas de atendimento à saúde nas regiões mais sensíveis.

De acordo com a Portaria MS nº 1.317, de 3 de agosto de 2017, as Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) deveriam ser compostas por no mínimo 3 profissionais de ocupações diferentes, sendo pelo menos um de nível superior (médico ou enfermeiro) e os outros 2 de nível médio (técnico de enfermagem). Mas, ainda assim, a nova gestão não foi capaz de distribuir corretamente os profissionais em todas as unidades de saúde.

Segundo os profissionais consultados, há uma grande concentração de força de trabalho em Surucucus para dar suporte ao Centro de Referência em Saúde, enquanto a maioria dos polos está com equipes subdimensionadas, ou mesmo atendidos apenas por missões de sete dias, que sequer possuem regularidade quinzenal.

Isso faz com que ações de rotina como vacinação, pesagem de crianças, pré-natal, vermifugação e tratamento supervisionado de malária sejam impossíveis de serem realizadas nesses lugares, alimentando o ciclo vicioso que opera na saúde Yanomami há anos. Como disse uma profissional de saúde (que pediu anonimato): “É impossível em uma aldeia, com cem pessoas com sintoma de malária, uma equipe de duas pessoas em missão fazer qualquer outra coisa que não testar a população e tratar os mais graves.”

A solução atual tem sido remover os pacientes em estado grave para o Centro de Referência em Surucucus, em detrimento de reforçar estratégias de promoção e prevenção à saúde nas comunidades. Diga-se de passagem que já no dia de sua inauguração o Centro operava com 90% de sua capacidade.

A concentração de recursos humanos em certas zonas pode ser observada também na atuação limitada territorialmente da Força Nacional do SUS⁴⁴, que somente realizou atendimentos em seis polos base: Auaris, Palimiu, Surucucus, Missão Catrimani, Marauíá e Waputha. Embora tenham sido realizados até julho mais de 8 mil atendimentos, os Yanomami se queixam que os profissionais da Força Nacional do SUS raramente se deslocam para realizar ações de saúde nas comunidades, ficando na maior parte das vezes restritos às imediações do posto onde, geralmente, já existia atendimento. A esperança desatendida das lideranças era que a chegada de profissionais da FN do SUS resultasse no atendimento nos locais afastados.

43. <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/04/22/centro-de-referencia-em-saude-indigena-comeca-a-funcionar-na-terra-yanomami-e-vai-atender-46-aldeias.ghtml>

44. Equipes formadas por médicos, enfermeiros e nutricionistas.



FOTO 10 - CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE EM SURUCUCUS. CRÉDITO: EDS

CENTRO DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA (COE-YANOMAMI)

Com a declaração da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) na Terra Indígena Yanomami (TIY) instalou-se o Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE-Yanomami). Entre as atribuições do COE estão o planejamento, a organização, a coordenação e o controle das medidas a serem adotadas durante a ESPIN, além da articulação com os órgãos de saúde da esfera estadual e municipal e demais atores do poder público.

Participam da estrutura do COE Nacional todas as Secretarias do Ministério da Saúde e Instituições como Ministério da Defesa, Ministério dos Povos Indígenas, Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Organização Pan-Americana da Saúde, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social Família e Combate à Fome, Companhia Nacional de Abastecimento e Casa Civil da Presidência da República.

Em relação à questão da segurança no território, sabe-se que essa é a principal razão alegada para a não retomada das ações em muitas das regiões mais sensíveis do ponto de vista sanitário, social e político da TIY, como Parafuri e Kayanau, e também para a falta de realização de visitas às aldeias em zonas como Xitei e Arathau. Ora, a insegurança em áreas sensíveis, mesmo depois de vários meses de operação, demonstra exatamente a falta de coordenação entre as ações de combate ao garimpo e a tentativa de recuperar o sistema de saúde, posto que estas deveriam ser as zonas de atuação prioritárias.

A Força Nacional de Segurança teve o seu efetivo em Roraima aumentado em mais de 100% desde fevereiro. Parte dele está lotado na TIY, instalados ou nas Bases de Proteção da Funai ou em alguns Postos de Saúde, como Xitei e Arathau, visando garantir a segurança dos agentes públicos. Acontece que, sem a efetiva neutralização do garimpo em certas regiões, a presença dos homens da Força Nacional resolve o problema apenas parcialmente, por que os guardas se recusam a acompanhar as equipes

de saúde nas visitas às aldeias, e as equipes não se sentem seguras para sair das imediações das UBSIs, com a permanência dos garimpeiros no território.

Em resumo, a persistência de núcleos de exploração do garimpo mantém o clima de insegurança no território, impedindo o restabelecimento das equipes de saúde ou a realização de missões de saúde e de apoio humanitário em regiões sensíveis. Isso faz com que os os vetores de produção da crise sanitária não sejam combatidos na sua raiz, exigindo que a maior parte do esforço da equipe de saúde seja voltada para atendimentos de emergência e urgência, em detrimento de ações de promoção e prevenção em saúde, conforme preconizado. Os altos custos logísticos e os recursos empregados nas ações emergências, por sua vez, consomem o orçamento que poderia ser destinado para o investimento nas melhorias das condições das UBSI's, em processos formativos e no aprimoramento do sistema de vigilância. O resultado final é a manutenção da situação de desistência no conjunto mais amplo da Terra Indígena, apesar da grande mobilização feita diante da publicidade da crise.

TRECHO DA FALA DE LIDERANÇA FEMININA DO PAPIU, DURANTE O FÓRUM DE LIDERANÇAS YANOMAMI E YE'KWANA EM JULHO DE 2023, MATURACÁ, TIY.

“Eles mataram um dos nossos, mas apesar disso, eles continuam passando perto das nossas casas, com espingardas e revólveres. Há muito tempo eu luto contra os garimpeiros, não é pouco tempo não, eles continuam insistindo, mas eu continuo lutando. Eles mataram um dos nossos

à toa. Eu não tenho medo, apesar deles andarem com pistola eu não tenho medo, os garimpeiros se instalam cada vez mais perto, por isso não conseguimos sair pra fazer farinha, buscar mandioca, ir pra roça, pelos garimpeiros estarem muito perto, não conseguimos andar. A malária se espalhou fortemente, está muito ruim.”

OS NÚMEROS ATUAIS DA SAÚDE

A pouca alteração no quadro da saúde geral da população indígena nos últimos seis meses pode ser verificada nos números oficiais apresentados nos informes do COE Yanomami. De acordo com o boletim de 07 de julho, em 2023, apenas 23 das quase 350 comunidades haviam sido imunizadas, 921 pessoas precisaram ser removidas em serviço aeromédico (militar ou civil), sendo que em 2022 foram feitos ao todo 1.819 resgates, e 154 óbitos já haviam sido registrados no ano, o que corresponde a 73% do total de mortes computadas em 2022 entre janeiro e setembro.

Ademais, de acordo com a nossa última apuração das 65 UBSIs da TI Yanomami seis ainda encontram-se completamente fechadas, são elas: Hakoma, Homoxi, Kayanau, Parafuri, Õnkiola e Alto Catrimani. Juntos, esses polos somam uma população de mais de 2000 pessoas desassistidas.

Quando se verifica o perfil dos óbitos, e a prevalência de mortes por causas preveníveis, nota-se exatamente a inércia na estratégia de atenção à saúde e a manutenção do *modus operandi* dos anos anteriores.

TOTAL DE ÓBITOS NA TIY ENTRE 2019 E 2022

ANO	TOTAL
2019	259
2020	332
2021	249
2022*	209

QUADRO 3 - FONTE: SIASI/SESAI/MS. 2022.
*OS DADOS SÃO PRELIMINARES E REFEREM-SE AO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO.

CAUSA DE ÓBITO EM 2023

CAUSA	NÚMERO	%
infecciosas	66	43%
externas	30	19%
outras	26	17%
desnutrição	19	12%
óbito neonatal	9	6%
doenças do aparelho digestivo	4	3%

QUADRO 4 - FONTE: INFORME COE DE 07 DE JULHO DE 2023

A situação da malária, por sua vez, permanece extremamente preocupante. Segundo dados oficiais até julho de 2023 já haviam sido registrados 12.252 casos, o que corresponde a quase 80% do total registrado em 2022. Sendo que, como pode ser observado no gráfico abaixo, a malária nos últimos dezoito meses atingiu o seu pico no primeiro trimestre de 2023, seguindo uma tendência de crescimento visível em 2022.

Se por um lado podemos interpretar esses dados como o resultado de um processo de desassistência que já estava em curso, por outro, é preocupante que as ações que foram realizadas pela nova gestão não tenham conseguido frear significativamente o avanço da doença, a despeito de inúmeros alertas.

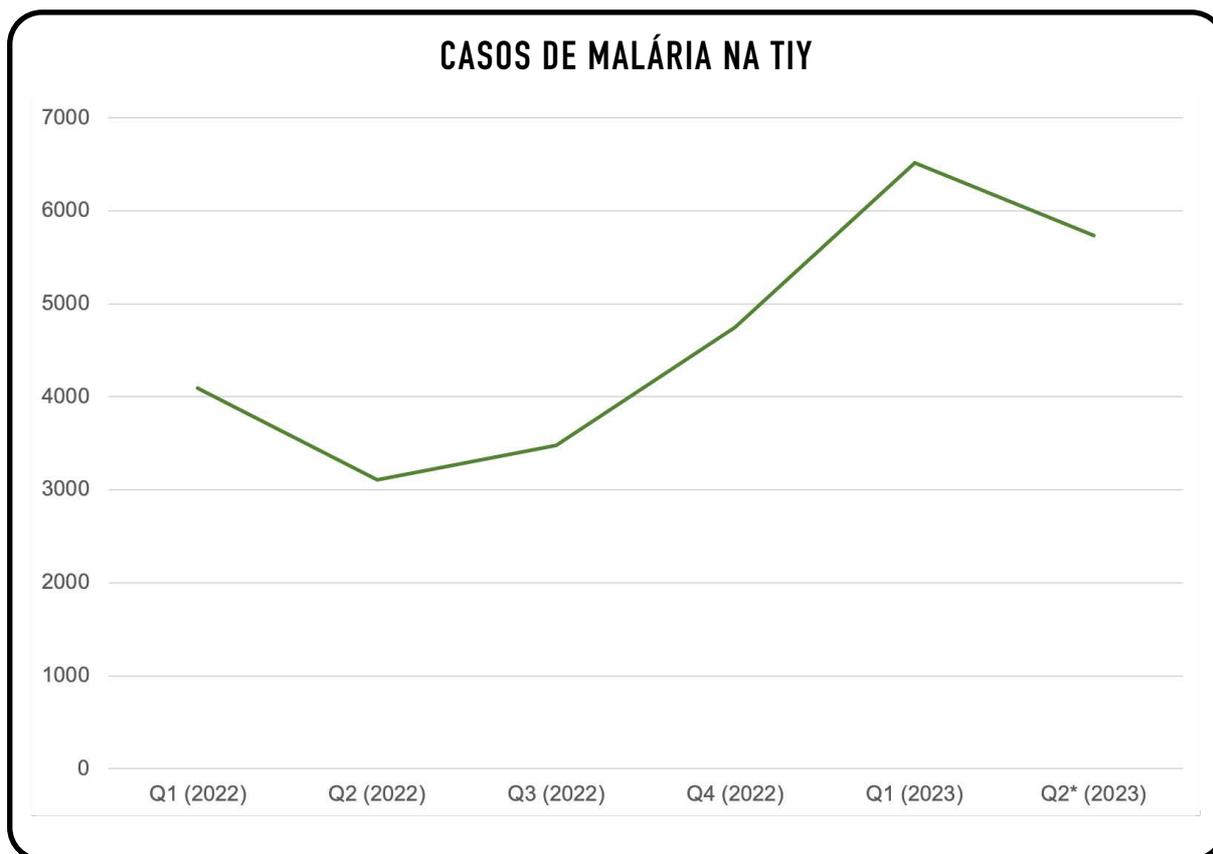


GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DOS CASOS DE MALÁRIA NA TIY EM 2022 E 2023

Vale ressaltar que, assim como em 2022, é bastante provável que os casos de malária ainda estejam subnotificados, considerando que muitas UBSIs estiveram desabastecidas de insumos (teste rápido, lâminas e medicamentos), e que pelo menos sete unidades estavam inativas na maior parte do período examinado.

Analisando a evolução dos casos por polo base, verificamos ainda que, na maior parte das regiões, o número de casos de malária se manteve dentro do padrão de 2022, com exceção de Auaris, Surucucu, Maloca Papiu e Palimiu, onde o aumento proporcional foi ainda maior.

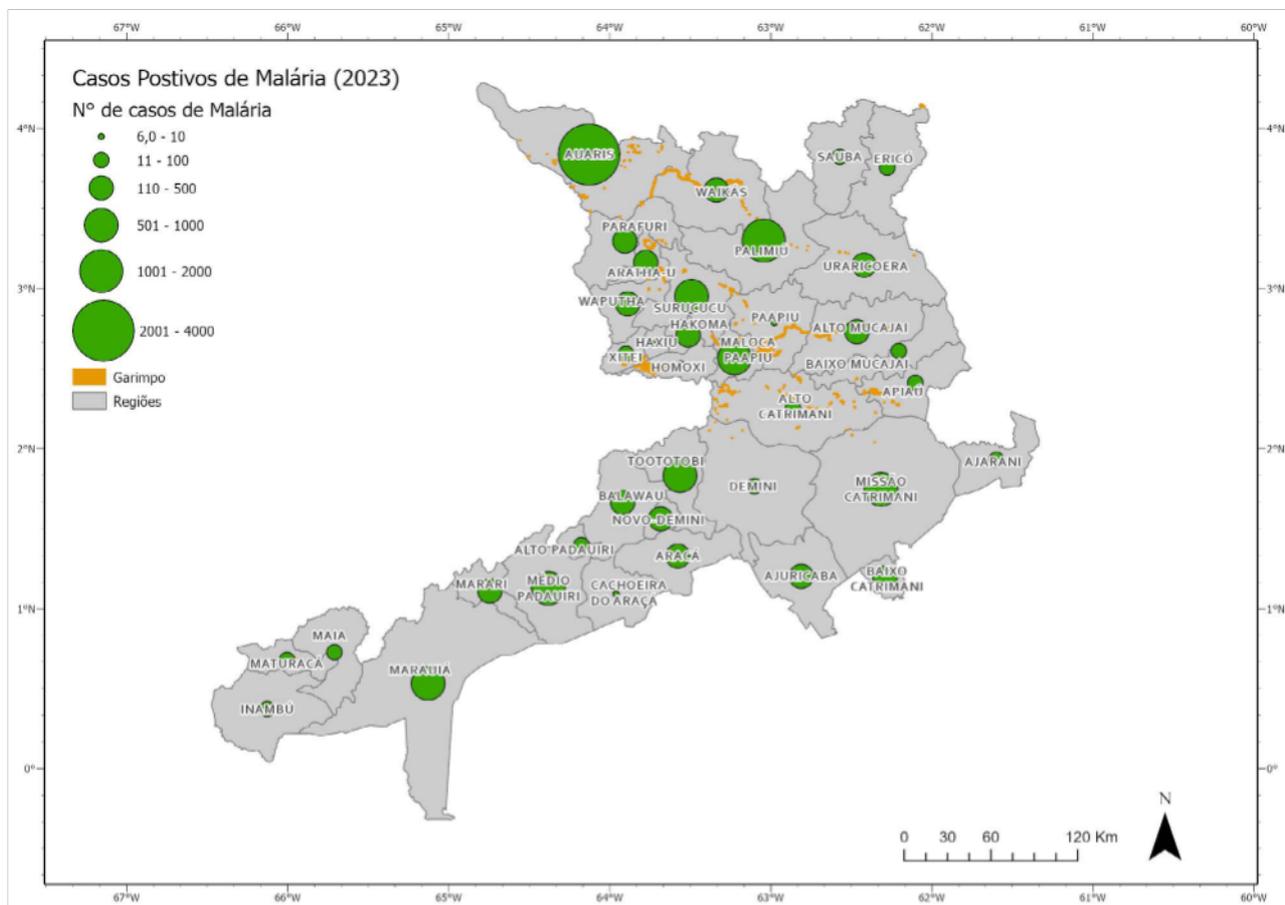
CASOS DE MALÁRIA POR TRIMESTRE E POLO BASE

POLO	Q1 (2022)	Q2 (2022)	Q3 (2022)	Q4 (2022)	Q1 (2023)	Q2* (2023)
AJARANI	0	9	0	3	9	7
AJURICABA	16	60	254	46	74	58
ALTO CATRIMANI	99	53	5	9	26	36
ALTO MUCAJAI	101	122	81	135	116	122
ALTO PADAUIRI	148	10	29	13	26	32
APIAÚ	37	71	51	65	41	28
ARACÁ	4	9	7	9	50	55
ARATHA-U	362	210	300	392	231	200
AUARIS	228	179	187	649	2170	1731
BAIXO CATRIMANI	24	69	64	100	54	47
BAIXO MUCAJAI	10	41	0	5	8	21
BALAWAU	323	217	342	444	262	183
CACHOEIRA DO ARAÇÁ	37	28	5	33	6	0
DEMINI	11	1	18	23	33	25
ERICÓ	39	18	10	16	26	42
HAKOMA	26	31	6	135	201	193
HAXIU	2	0	0	2	3	4
HOMOXI	8	3	4	2	0	7
INAMBÚ	8	0	2	2	10	16
MAIA	3	10	8	10	12	1
MALOCA PAAPIU	222	137	198	150	308	436
MARARI	211	89	58	51	97	79
MARAUÍÁ	474	436	452	520	431	266
MATURACÁ	7	7	4	10	12	2
MÉDIO PADAUIRI	356	162	104	111	272	241

QUADRO 5 (CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA) - FONTE: SIVEP/SVS/MS.

MISSÃO CATRIMANI	323	229	379	269	397	282
NOVO-DEMINI	206	66	138	126	82	224
PAAPIU	85	42	9	1	3	6
PALIMIÚ	188	254	314	454	590	722
PARAFURI	113	137	192	222	89	18
SAUBA	58	28	19	8	17	12
SURUCUCU	96	80	58	321	356	220
TOOTOTOBÍ	109	153	58	212	256	262
URARICOERA	87	61	32	50	83	37
WAIKÁS	63	83	85	137	134	34
WAPUTHA	8	0	1	5	19	85
XITEI	5	2	2	8	11	2
TOTAL	4097	3107	3476	4748	6515	5736

QUADRO 5 (CONTINUAÇÃO) - FONTE: SIVEP/SVS/MS.



MAPA 4 - SITUAÇÃO DA MALÁRIA POR POLO BASE. FONTE: SIVEP/SVS/MS.

No caso de Auaris, a malária nos três primeiros trimestres de 2022 estava na ordem de duzentos casos. No último semestre, mais do que triplicou,

atingindo 649 casos. E, no primeiro trimestre de 2023, alcançou surpreendentes 2170 casos, seguido de mais 1731 no trimestre seguinte.

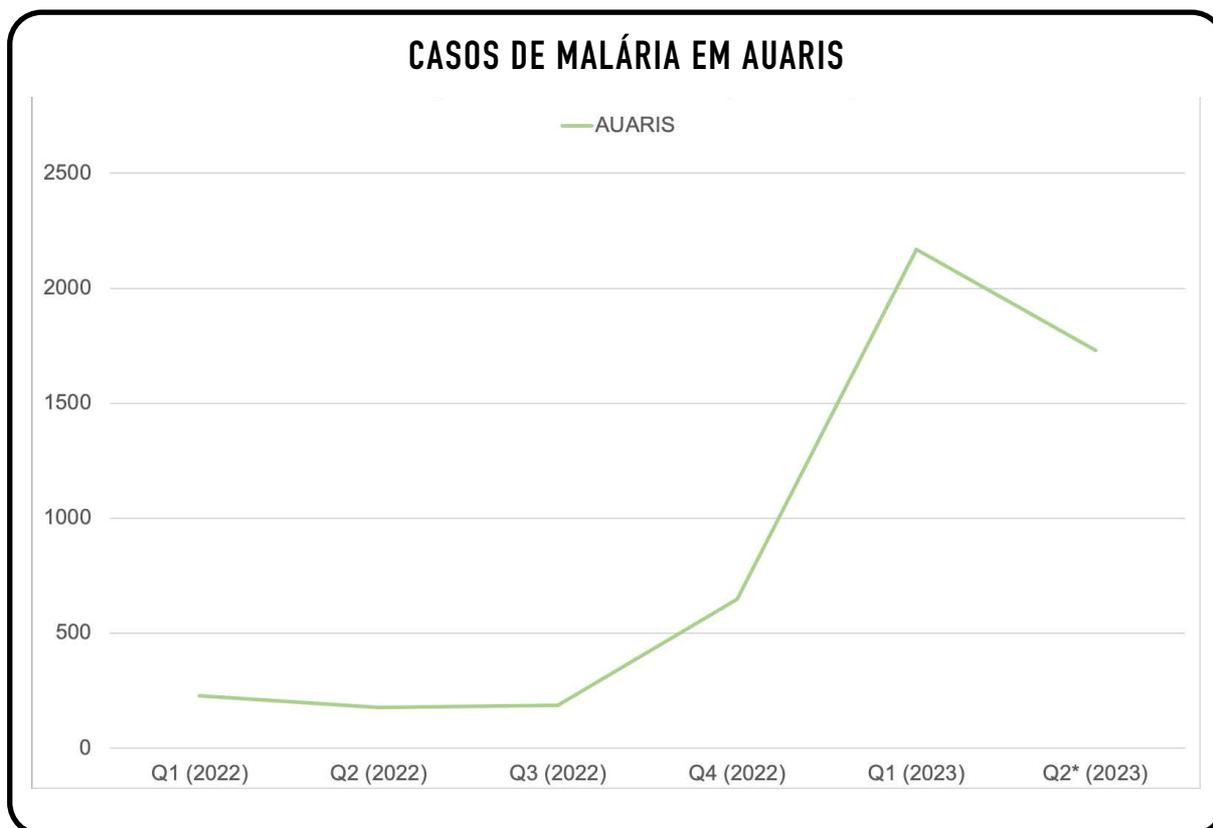


GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DOS CASOS DE MALÁRIA EM AUARIS (2022 E 2023)

Observando o comportamento do garimpo próximo da região nesse período, é bem provável que este aumento de casos esteja associado à sua expansão em ambos os lados da fronteira. Nossa hipótese é a de que trata-se de uma malária importada dos acampamentos de garimpo, que posteriormente foi difundida nas comunidades, sem que o serviço de saúde tomasse as providências necessárias para controlá-la quando ainda estava restrita a poucos indivíduos.

Relatos de área sugerem que além do efeito do garimpo, o descontrole da malária está associado a: i) ausência de ações de controle de vetor nas comunidades; ii) ações de busca ativa insuficientes; iii) problemas de diagnóstico, com ocorrência de muitos falsos negativos; iv) demora no início do tratamento, seja pelo problema de diagnóstico, seja pelo desabastecimento da farmácia; v) problemas no tratamento supervisionado, sendo que muitos indivíduos interrompem o tratamento antes de concluí-lo.

No caso dos problemas no tratamento, os Yanomami informam que, de modo geral, os pacientes alegam três motivos para interromper o tratamento antes do recomendado: a) Ausência de informação sobre o tratamento; b) indisponibilidade de alimentos para os pacientes nas UBSIs, que precisam retornar para suas comunidades para se alimentar; c) mal-estar provocado pela medicação, que pode estar associado a uma situação de superdosagem, uma vez que os profissionais de saúde, via de regra, adotam o critério de idade para estabelecer a dosagem e não o peso, por não contarem com balança nas UBSIs.

Nota-se, portanto, que todas as razões identificadas para explicar o comportamento da malária na região sugerem a manutenção de um quadro de desassistência grave com características semelhantes ao padrão adotado no último quadriênio, isto é, ausência de visitas regulares nas aldeias, problemas de abastecimento e de estrutura nas UBSIs, e vigilância epidemiológica falha.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Como vimos, embora as ações de Proteção Territorial iniciadas em fevereiro de 2023, baseadas sobretudo na estratégia de “estrangulamento logístico”, tenham produzido importantes avanços no combate ao garimpo ilegal na TIY, alguns pontos como a flexibilização do controle aéreo por dois meses, a limitação dos esforços de controle territorial a somente duas bases de proteção, e a participação limitada das forças armadas, não possibilitaram o real controle da atividade, que ainda persiste em alguns núcleos de resistência na TI.

Tal situação, faz com que o sentimento de insegurança ainda esteja presente no território e impede o avanço das ações de saúde para regiões sensíveis. Junto da falta de profissionais de saúde disponíveis e do baixo investimento em infraestrutura nas UBSIs essas são as principais

razões apontadas por pessoas que estão atuando no terreno para a dificuldade de se retomar o atendimento regular, com qualidade nas aldeias. Os indicadores de saúde, com efeito, não deixam dúvidas sobre os resultados tímidos do governo nesse tema. A ausência de uma coordenação das ações do governo no território Yanomami é também um dos principais fatores que explicam muitos problemas descritos neste relatório.

Assim, visando contribuir com o aprimoramento das ações, a partir de uma visão holística, articulando ações de saúde, proteção territorial, educação e desenvolvimento sustentável, apresentamos a seguir uma lista de recomendações para serem adotadas no Plano de ações estratégicas interministeriais.



FOTO 11 - GRUPO DE TRABALHO APRESENTA PROPOSTAS DE PROTEÇÃO NO FÓRUM DE LIDERANÇAS YANOMAMI E YE'KWANA EM JULHO DE 2023, MATURACÁ, TIY. CRÉDITO FRED RAHAL/ISA

RECOMENDAÇÕES:

- 01** Aprimoramento dos mecanismos de diálogo do governo com as organizações indígenas;
- 02** Fortalecer a articulação entre as ações setoriais e planejar o desenvolvimento das ações de maneira integrada, através de uma coordenação operacional e intersetorial da emergência Yanomami;
- 03** Desenvolvimento de planos de ação regionalizados para regiões sensíveis que combinem em um único cronograma ações de neutralização do garimpo, apoio emergencial, promoção à saúde, reocupação das UBIs com apoio de forças de segurança, e desenvolvimento de atividades de recuperação socioeconômica das comunidades;
- 04** Garantir a manutenção do controle do espaço aéreo por tempo indeterminado e reforçar o monitoramento nas zonas de fronteira;
- 05** Garantir a fiscalização regular do comércio de combustível de aviação em Roraima e no Amazonas e de aeródromos privados situados nos arredores da TI Yanomami (Em especial no PA Samauma e na Vila Apiaú);
- 06** Intensificação das operações de combate ao garimpo nos núcleos que ainda persistem, com a destruição total do maquinário utilizado na extração de ouro e da cassiterita e aplicação das respectivas sanções administrativas;
- 07** Inutilização de todas as pistas de pouso clandestinas e aeronaves apreendidas no interior da TIY;
- 08** Reforço das bases de Proteção já instaladas (Walopali, Serra da Estrutura e Ajarani), conclusão com urgência da BAPE do Uraricóera, e criação de novas bases nos rios Apiaú, Catrimani e Uraricaá;
- 09** Promoção de patrulhas periódicas nas calhas de rio que dão acesso à TIY, e destruição de equipamentos e estruturas auxiliares à logística garimpeira;
- 10** Desenvolver plano de capacitação de indígenas para o seu envolvimento nas ações de vigilância nas calhas de rio;
- 11** As BAPES do Catrimani e do Uraricaá poderiam ser compartilhadas com o ICMBio situadas no Parque Nacional da Serra da Mocidade e na ESEC de Maracá, respectivamente;
- 12** Garantir o monitoramento remoto contínuo da TIY como respostas rápidas a novos alertas por parte das forças de segurança;
- 13** Desenvolver um plano para estimular o desarmamento voluntário nas regiões sensíveis;
- 14** Investigação, pela Polícia Federal, de empresários e empresas ligadas ao garimpo ilegal em Terras Indígenas no estado de Roraima e no restante do país, com vistas a sua responsabilização civil e penal pelos crimes ambientais e de usurpação do patrimônio da União;
- 15** Cancelamento de todos os processos minerários sobrepostos à TI Yanomami;
- 16** Avançar na ampliação e consolidação de Unidades de Conservação no entorno da TIY (criação da FLONA Parima, ampliação da ESEC de Maracá, fortalecimento da gestão e da fiscalização da FLONA Roraima e PARNA da Serra da Mocidade);
- 17** Apoiar o reassentamento de comunidades afetadas pelo garimpo que manifestam o interesse de mudar-se para um novo local por não ter condições mínimas de permanência, com

apoio logístico, ferramentas, infraestrutura para atendimento à saúde e acompanhamento próximo durante sua instalação;

18 Priorizar investimentos em infraestrutura para reforma e construção das UBSIs e reforma e manutenção de pistas de pouso;

19 Reocupação das UBSIs fechadas com apoio de forças de segurança;

20 Equipagem das UBSIs com barcos e motores para garantir o atendimento das comunidades próximas dos polos base com acesso fluvial;

21 Criação de Hubs aéreos por macrorregião para maior eficiência na distribuição de pessoal e insumos da saúde;

22 Redimensionar o quadro de profissionais de saúde atuando no território, buscando fortalecer o número de profissionais nas regiões sensíveis;

23 Criação de uma força tarefa especial para o combate à malária em todo o território;

24 Estudar mudanças no modelo de contratação de recursos humanos na saúde indígena;

25 Promoção de ações específicas de combate à desnutrição infantil com acompanhamento dos pacientes com déficit nutricional e implementação de um plano de combate às causas da desnutrição infantil e reforço das equipes EMSI com nutricionistas;

26 Plano de combate à desnutrição atendendo às mulheres grávidas e crianças menores de cinco anos com alimentos fortificados ou suplementos alimentares que garantem o consumo de alimentos com aporte de micronutrientes.

27 Elaboração de um programa especial de apoio à saúde da mulher, com assessoria antropológica.

28 Aprimorar o sistema de produção de dados sobre a desnutrição infantil, garantindo a abrangência territorial e a periodicidade da coleta dos dados;

29 Retomar os processos formativos Formação contínua dos Agentes Indígenas de Saúde (AISs) e Agentes Indígenas de Saneamento (AISANS);

30 Fomentar parcerias e cooperações técnicas com organizações especializadas em saúde que possam subsidiar soluções práticas capazes de responder à crise sanitária na Terra Indígena Yanomami;

31 Garantir investimentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE na infraestrutura das escolas da TIY, promovendo reformas das escolas já existentes, a construção de novas escolas, a aquisição de equipamentos de energia, comunicação e de suporte ao ensino;

32 Garantir o envio regular de equipamentos, materiais escolares e merenda de qualidade em quantidade suficiente para as escolas indígenas e, em locais de difícil acesso, garantir verbas específicas para solucionar o impasse do envio destes itens.

33 Garantir assistência médica especializada, em maiores níveis de complexidade da atenção à saúde (baseada em um Protocolo de Atendimento Básico), para os indígenas que apresentam sinais e sintomas neurológicos ou outras complicações relacionadas à contaminação por mercúrio.

